CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (UNIALFA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PRISCILA ANDREIA FERREIRA BARBOSA

DESENVOLVIMENTO E CULTURA: UM ESTUDO SOBRE O FUNDO DE ARTE E CULTURA DE GOIÁS (2016 – 2023)

GOIÂNIA
2024

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (UNIALFA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PRISCILA ANDREIA FERREIRA BARBOSA

Dissertação apresentada ao Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA para a obtenção do título grau mestre. Área de concentração: Desenvolvimento Regional. Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Arranjos Produtivos (clusters), Território e Desenvolvimento Regional. Orientadora: Dra. Cintia Neves Godoi.

Linha de pesquisa: Educação e Desenvolvimento Regional.

GOIÂNIA
2024

Catalogação na fonte: Biblioteca UNIALFA

B238d

Barbosa, Priscila Andreia Ferreira.

Desenvolvimento e cultura: um estudo sobre o fundo de arte e cultura de Goiás (2016 – 2023). / Priscila Andreia Ferreira Barbosa. – 2024.

91 f.: il. 30cm.

Orientadora: Prof. Dra. Cintia Neves Godoi.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) – Goiânia, 2024.

1. Políticas Públicas. 2. Cultura. 3. Desenvolvimento. 4.Goiás. I. Godoi, Cintia Neves. II. UNIALFA. III. Título.

CDU: 304.4(817.3)

BANCA DE DEFESA:

DRª. CINTIA NEVES GODOI

Professora Orientadora

DRª. ALINE VALVERDE

Professor (a) Leitor (a)

DRª. LETÍCIA PALUDO VARGAS

Professor(a) Leitor(a) – examinador (a) externo

Dedico esta dissertação aos meus pais, pelo exemplo e incentivo de sempre; e aos meus irmãos, Fabíola e Marco Aurélio! Gratidão eterna!

Mãe, sua dedicação aos filhos é minha inspiração diária!

Pai, você é meu herói! Meu amor por você é profundo e eterno!

Ao meu marido, Cleiber Marques Vieira, pelo apoio incondicional de sempre! “Eu sei que vou te amar, por toda a minha vida...”

Ao meu filho, Miguel Barbosa Vieira, meu amor por você vai além de qualquer palavra escrita ou falada, meu Guel precioso!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, Professora Drª Cintia Neves Godoi, que esteve ao meu lado me apoiando com suas excelentes e importantes contribuições ao longo de toda elaboração deste trabalho! Muito obrigada, professora!

Agradeço aos demais professores do Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) pelo apoio ao longo de todo esse processo.

"Não se trata de 'dar cultura', mas sim de permitir que a cultura seja, de fato, o veículo pelo qual os sujeitos constroem sua própria cidadania."

- Paulo Freire

RESUMO

Os espaços de convivência são locais viáveis para possibilitar o contato dos indivíduos com seus referenciais culturais, com as expressões culturais e essas possibilidades não devem ser restritas para uma minoria, por isso os incentivos públicos são fator primordial para transformar o patrimônio histórico e cultural em valores acessíveis e referenciais para a sociedade. A viabilização de projetos culturais é uma forma de proporcionar a todos os indivíduos um vínculo simbólico que torna possível o reconhecimento de uma identidade cultural. O fomento de políticas públicas culturais favorece a geração de trabalho e renda, fortalece a cultura local, amplia espaços e projetos culturais e, com isso gera oportunidades para a população de uma determinada região. Desta maneira, o presente trabalho pretende analisar questões pertinentes ao assunto, tais como qual a relação entre o acesso à cultura e desenvolvimento? Qual o papel dos projetos socioculturais como agentes nesse processo? Assim, o objetivo geral do trabalho é analisar o fomento à cultura no estado de Goiás para discutir a relação entre cultura e desenvolvimento. Os objetivos específicos se apresentam como: 1. Realizar um estudo acerca da importância da cultura como um fator relacionado ao desenvolvimento; 2. Analisar qual o papel dos projetos socioculturais como agentes no processo de desenvolvimento; e 3. Analisar as principais temáticas abordadas pelos projetos culturais aprovados em editais estaduais em Goiás, especialmente considerando dados e editais publicados no Fundo de Arte e Cultura de Goiás - FAC em seu endereço virtual, período de 2016 a 2023. Por isso, a proposta principal desta dissertação é viabilizar uma discussão sobre a temática do desenvolvimento e realizar um estudo acerca da importância da cultura como um fator relacionado ao desenvolvimento. Para tanto será realizado um trabalho cuja metodologia se apresenta como qualitativa, pois realizará uma discussão com referências teóricas que busquem analisar a cultura, como um fator educacional e de inclusão e como uma possibilidade de desenvolvimento. A revisão abordará os principais conceitos e temas: referencial teórico sobre o termo Desenvolvimento e sua relação com a cultura, bem como a importância da cultura para o desenvolvimento; referencial teórico sobre Políticas Públicas para Cultura; e, por fim serão realizados levantamentos de dados e documentos relacionados aos projetos de incentivo à cultura no estado de Goiás, vinculados ao site da FAC (Fundo de Arte e Cultura de Goiás), no período de 2016 a 2023; bem como serão discutidos temas dos projetos aprovados e sua possível ou não relação com aspectos da cultura e história goiana. Os dados finais levantados apontam para a publicação e aprovação de mais de 1000 editais pelo Fundo em questão, demonstram que os perfis analisados apontam para uma tendência de maiores investimentos nas modalidades artísticas voltadas para as artes visuais, música e dança, além de uma propensão de investimentos de recursos em maior escala nas regiões centralizadas do estado de Goiás. A partir dos resultados foram analisados os esforços das políticas públicas goianas no fomento à cultura.

Palavras Chaves: Desenvolvimento, Políticas Públicas, Cultura.

ABSTRACT

Coexistence spaces are viable places to enable individuals to come into contact with their cultural references, with cultural expressions and these possibilities should not be restricted to a minority, which is why public incentives are a key factor in transforming historical and cultural heritage into values accessible and references for society. Making cultural projects viable is a way of providing all individuals with a symbolic bond that makes the recognition of a cultural identity possible. The promotion of public cultural policies favors the generation of work and income, strengthens local culture, expands cultural spaces and projects and, in doing so, generates opportunities for the population of a given region. In this way, the present work intends to analyze questions pertinent to the subject, such as what is the relationship between access to culture and development? What is the role of sociocultural projects as agents in this process? Thus, the general objective of the work is to analyze the promotion of culture in the state of Goiás to discuss the relationship between culture and development. The specific objectives are presented as: 1. Carry out a study on the importance of culture as a factor related to development; 2. Analyze the role of sociocultural projects as agents in the development process; and 3. Analyze the main themes addressed by cultural projects approved in state notices in Goiás, especially considering data and notices published in the Goiás Art and Culture Fund - FAC in its virtual address, period from 2016 to 2023. Therefore, the main proposal of this dissertation is to facilitate a discussion on the topic of development and carry out a study on the importance of culture as a factor related to development. To this end, work will be carried out whose methodology is presented as qualitative, as it will carry out a discussion with theoretical references that seek to analyze culture, as an educational and inclusion factor and as a possibility for development. The review will address the main concepts and themes: theoretical framework on the term Development and its relationship with culture, as well as the importance of culture for development; theoretical framework on Public Policies for Culture; and, finally, data and documents will be collected related to cultural incentive projects in the state of Goiás, linked to the FAC (Goiás Art and Culture Fund) website, from 2016 to 2023; as well as topics from the approved projects and their possible or not relationship with aspects of Goiás culture and history will be discussed. The final data collected points to the publication and approval of more than 1000 notices by the Fund in question, demonstrating that the profiles analyzed point to a trend towards greater investments in artistic modalities focused on visual arts, music and dance, in addition to a propensity for investment of resources on a larger scale in the centralized regions of the state of Goiás. Based on the results, the efforts of public policies in Goiás to promote culture were analyzed.

Keywords: Development, Public Policies, Culture.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FAC – Fundo de Arte e Cultura de Goiás

PNB – Produto Nacional Bruto

ONU – Organização das Nações Unidas

IDH – Indicador de Desenvolvimento Humano

PNE – Plano Nacional de Educação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

FIPAD – Fundação Internacional de Alternativas de Desenvolvimento

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

INL – Instituto Nacional do Livro

INCE – Instituto Nacional de Cinema Educativo

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MinC – Ministério da Cultura

PL – Projeto de Lei

IR – Imposto de Renda

DIP – Departamento de Informação e Propaganda

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

RADIOBRÁS – Empresa Brasileira de Radiodifusão

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNC – Plano Nacional de Cultura

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição

MBL – Movimento Brasil Livre

LGBTQIA+ Lésbicas, gays,bissexuais, transexuais, queer, intersexo.

CNN – Cable News Network

BIOESTAT – Bioestatística

BI – Business Intelligence

AGEHAB – Agência Goiana de Habitação

AED – Análise Exploratória de Dados

SECULT – Secretaria de Estado da Cultura

AGEPEL – Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira

UFG – Universidade Federal de Goiás

FICA – Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental

TeNpo – Mostra de Teatro Nacional de Porangatu

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores

ITCD – Imposto sobre Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais em Educação.

PIRIDOC – Festival de Cinema Documentário

COVID – Corona Vírus Disease

FAC – GO - Fundo de Arte e Cultura de Goiás

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição dos editais para projetos culturais FAC-GO/2016 – 2023, mostrando as flutuações anuais na abertura dos editais.....67

Figura 2: Distribuição dos editais para projetos culturais FAC-GO/2016 – 2023, mostrando a disposição relativa das modalidades artísticas no ano de 2016.....68

Figura 3: Distribuição dos editais para projetos culturais FAC-GO/2016 – 2023, mostrando a disposição relativa das modalidades artísticas no ano de 2017.....69

Figura 4: Distribuição dos editais para projetos culturais FAC-GO/2016 – 2023, mostrando a disposição relativa das modalidades artísticas no ano de 2018.....69

Figura 5: Distribuição dos editais para projetos culturais FAC-GO/2016 – 2023, mostrando a disposição relativa das modalidades artísticas no ano de 2021.....70

Figura 6: Distribuição dos editais para projetos culturais FAC-GO/2016 – 2023, mostrando a disposição relativa das modalidades artísticas no ano de 2023.....71

Figura 7: Distribuição de investimentos na cultura, através de editais FAC-Goiás, entre os períodos de 2016-2023 (os dados de 2019, 2020 e 2022 compreendem, respectivamente, os 2 anos de pandemia de COVID-19 e o período em que os editais selecionados só foram implementados no próximo ano).....72

Figura 8: Distribuição de investimentos relativos por região de planejamento estratégico do estado de Goiás (AGEHAB), através de editais FAC-Goiás, entre os períodos de 2016 – 2023.....77

Figura 9: Investimentos relativos em diferentes modalidades culturais, através de editais FAC-Goiás, entre o período de 2016-2023.....78

Figura 10: Investimentos em diferentes modalidades culturais, através de editais FAC-Goiás, no ano de 2016 (destacando os valores absolutos e percentuais)..... 79

Figura 11: Investimentos em diferentes modalidades culturais, através de editais FAC-Goiás, no ano de 2017 (destacando os valores absolutos e percentuais)..... 80

Figura 12: Investimentos em diferentes modalidades culturais, através de editais FAC-Goiás, no ano de 2018 (destacando os valores absolutos e percentuais)..... 81

Figura 13: Investimentos em diferentes modalidades culturais, através de editais FAC-Goiás, no ano de 2021 (destacando os valores absolutos e percentuais)..... 82

Figura 14: Investimentos em diferentes modalidades culturais, através de editais FAC-Goiás, no ano de 2023 (destacando os valores absolutos e percentuais)..... 82

LISTA DE MAPAS:

MAPA 1: Mapa dos estados de Goiás, destacando as regiões de planejamento do estado (com base nos dados da AGEHAB-GO).....74

MAPA 2: Mapa dos estados de Goiás, destacando as regiões de planejamento do estado (com base nos dados da AGEHAB-GO); regiões contempladas com editais de FAC de fomento à cultura, no período entre os anos de 2016-2023.....75

MAPA 3: Mapa dos estados de Goiás, destacando os municípios contemplados com editais de FAC de fomento à cultura, no período entre os anos de 2016-2023. O gradiente de cor representa o investimento relativo (R$).....76

LISTA DE FOTOS:

FOTO 1: Piri Jazz Festival - 2016

FOTO 2: Espetáculo teatral (#AParteDeDois) - 2016

FOTO 3: Festival Doçuras de Goiás – 2017

FOTO 4: Espetáculo teatral (Amor, I love you – Grupo Zabriskie) - 2016

FOTO 5: Espetáculo de dança (Dançar o Invisível – Milton Aires) - 2016

FOTO 6: Projeto Prosa Sonora – 2017

FOTO 7: Projeto PirenópolisDoc – Festival de Cinema Documentário - 2018

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Distribuição geral dos Editais FAC – GO/ 2016 – 2023, com o número de projetos por modalidade e número de projetos aprovados.....66

QUADRO 2: Representação das 4 regiões mais contempladas por editais FAC-Goiás (2016 – 2023), destacando as principais modalidades culturais, por alocação de recursos.....83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17
CAPÍTULO 1
DESENVOLVIMENTO: DISCUSSÕES SOBRE FATORES INTRÍNSECOS 20
1.1 EDUCAÇÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO 27
CAPÍTULO 2
POLÍTICAS PÚBLICAS, CULTURA E DESENVOLVIMENTO 34
2.1 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DEDICADAS À CULTURA NO BRASIL 36
3. **METODOLOGIA** 48
4. **RESULTADOS E DISCUSSÃO** 51
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CULTURA EM GOIÁS.....51
4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....64
CONSIDERAÇÕES FINAIS 84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 89

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do ponto de vista regional e local passa pelo aprimoramento de diversos segmentos que estão envolvidos diretamente com o bem-estar dos indivíduos e, também, dentro de uma perspectiva mais abrangente, o bem-estar social. Por isso, as discussões que envolvem a temática do desenvolvimento regional são multifacetadas.

Para que os benefícios gerados pelo desenvolvimento alcancem um maior número de indivíduos é preciso pensar nos elementos primordiais que proporcionam esse favorecimento, esses fatores são diversos e é comum, especialmente pelas primeiras discussões sobre essa temática do desenvolvimento regional, que se limite os aspectos geradores desse bem-estar individual e coletivo, ao aspecto econômico.

No entanto, após diversos avanços e discussões sobre o tema percebeu-se que esse fator econômico, por si só, não é suficiente para garantir essa sensação associada ao bem-estar, principalmente porque o sucesso econômico regional não garante, necessariamente, que os recursos financeiros de uma região serão distribuídos de uma maneira igualitária.

Uma das principais discussões acerca do tema desenvolvimento regional está, exatamente, relacionada com os avanços do segmento econômico de uma região e a distribuição de recursos, para que todas as localidades sejam alcançadas e beneficiadas de maneira justa e igualitária.

Refletir sobre desenvolvimento regional significa pensar de forma abrangente sobre os anseios que os indivíduos, habitantes de uma determinada região, possuem. Essas necessidades são as garantias básicas de que os indivíduos que pertencem a essa localidade obtenham uma qualidade de vida satisfatória.

A realidade de um indivíduo que pertence a uma localidade onde suas necessidades básicas são atendidas é um dos principais pontos de discussão sobre desenvolvimento regional e a viabilização em atender essas demandas sociais está diretamente ligada a um processo sistemático de gerenciamento. A existência e aprimoramento das políticas públicas são desempenham um fator primordial na organização e distribuição de recursos.

As políticas públicas representam a forma legalizada de garantir os direitos básicos dos cidadãos: garantia à moradia, alimentação, assistência médica, educação, cultura e lazer, garantias essas, previstas pela Constituição Federal Brasileira de 1988. As políticas públicas refletem o planejamento político de uma região para gerir os recursos de uma forma em que todos esses direitos sejam assegurados. Por isso é essencial que as discussões a respeito do

tópico desenvolvimento regional sejam abrangentes e alcancem todos esses anseios, esse trabalho pretende refletir as questões relacionadas ao direito de acesso a um dos elementos geradores do bem-estar individual e social, a cultura, especialmente porque a cultura representa uma das principais formas de pertencimento local. Nesse sentido, o presente trabalho pretende levantar uma problematização acerca de como o aprimoramento cultural pode influenciar o desenvolvimento regional e, para isso, intenciona discutir qual o papel dos projetos socioculturais nesse processo.

A cultura representa um mecanismo ativo de participação social e quando o acesso a ela é disponibilizado, os indivíduos se inserem ativamente dentro do contexto regional do qual pertencem, por isso a cultura pode ser também um veículo que viabiliza o crescimento de uma região, uma vez que indivíduos que desfrutam de uma boa qualidade de vida em determinado local, tendem a colaborar com o desenvolvimento do mesmo. Nesse sentido a cultura representa uma reafirmação da identidade de um povo que pode auxiliar no crescimento regional e local.

As políticas públicas dentro desse contexto cultural podem viabilizar o acesso da população a cultura regional, por meio da promoção de oportunidades que aproximem os indivíduos dos referenciais culturais da sua região, por isso os projetos culturais são tão importantes, uma vez que eles podem cumprir esse papel, oportunizando esse encontro da cultura regional com a população local. É importante ressaltar, ainda, que o fomento a cultura e a todas as suas representações artísticas é de fundamental relevância para a manutenção de toda uma estrutura necessária para que o resultado final apresentado, (espetáculos de dança, teatro, circo, exposição de arte, etc.), seja possível.

O presente trabalho pretende levantar questões importantes sobre a relevância de ter assegurado ao indivíduo o direito à cultura de forma ampla, para que o mesmo possa ter oportunidades reais de compreender sua própria história e, pretende também, verificar a importância dos projetos sociais artísticos e culturais nesse processo de conscientização sobre a relevância da cultura para o desenvolvimento, uma vez que a existência desses projetos podem ser um agente educacional que viabiliza o contato dos indivíduos com suas heranças culturais e, ao mesmo tempo, promovem o crescimento sob o aspecto econômico, por consequência.

O principal objetivo deste trabalho é analisar o fomento à cultura no estado de Goiás e sua relação com o desenvolvimento regional e, partir daí, viabilizar uma discussão sobre o desenvolvimento e a importância da cultura como um fator relacionado ao mesmo. Para tanto serão utilizados, como forma de verificação e objeto de estudo, as principais temáticas abordadas pelos projetos culturais aprovados em editais estaduais em Goiás, serão considerados

os dados e editais publicados no Fundo de Arte e Cultura de Goiás (FAC) em seu endereço virtual, no período de 2016 a 2023.

É por meio da educação que os indivíduos se comprometem com suas raízes culturais e, principalmente, as conservam presentes ao longo dos anos como um referencial importante. A análise de como o aprimoramento cultural pode influenciar o desenvolvimento regional, portanto se apresenta como o principal questionamento levantado pelo presente trabalho.

Pensando nessas questões, o trabalho tem por objetivos específicos a realização da análise de algumas questões pertinentes ao assunto, tais como: realizar um estudo acerca da importância da cultura como um fator relacionado ao desenvolvimento; analisar como o aprimoramento cultural pode influenciar o desenvolvimento regional; identificar qual o papel dos projetos socioculturais como agentes nesse processo; discutir qual a importância de fomentar projetos culturais, no sentido de promover o desenvolvimento regional, além de analisar as principais temáticas abordadas pelos projetos culturais aprovados em editais estaduais em Goiás (FAC – 2016-2023).

O primeiro capítulo se refere aos fatores que determinam os conceitos relacionados ao desenvolvimento regional e quais os principais fatores que influenciam diretamente nesse contexto do desenvolvimento. Inicialmente, a discussão partiu da definição do autor Amartya Sen (2000) sobre a ligação entre os termos desenvolvimento e liberdade, partindo em seguida para uma abordagem histórica das discussões sobre o termo desenvolvimento e suas transformações ao longo do tempo. Ainda no primeiro capítulo, na subdivisão do mesmo, foi abordada o conceito do termo cultura e sua relação entre educação e desenvolvimento e, discutido que a viabilização no incentivo de acesso à cultura pode ser um fator importante educacional e gerador de desenvolvimento regional.

O segundo capítulo trata da relação entre políticas públicas, cultura e desenvolvimento, nesse momento é discutida a maneira pela qual a viabilização de políticas públicas pode integralizar ações municipais, estaduais e federais, no sentido de promover ações e projetos culturais. Fez parte das discussões desse capítulo também, as argumentações referentes às influências da mídia e a mercantilização da cultura, bem como o levantamento histórico das políticas públicas dedicadas à cultura no Brasil e das políticas públicas para cultura em Goiás.

Na parte seguinte, se encontra a metodologia aplicada ao presente trabalho, que parte de uma pesquisa qualitativa e fez uso de levantamento de referencial teórico e conceitual e de dados para analisar a realidade do papel e dinâmica do poder público em Goiás com relação aos investimentos em cultura para posterior problematização sobre a relação entre desenvolvimento

e cultura em Goiás. Os dados que foram analisados são dos editais em cultura aprovados pelo Fundo de Arte e Cultura de Goiás (FAC) no período de 2016 a 2023. A pesquisa qualitativa exigiu levantamento histórico, conceitual e teórico de discussões acerca do desenvolvimento, cultura e políticas públicas.

No momento seguinte do trabalho estão os resultados e discussões, esta parte diz respeito ao levantamento histórico das políticas públicas para cultura no estado de Goiás, incluindo nesse levantamento a descrição relacionada com a criação do Fundo de Arte e Cultura de Goiás (FAC), de onde os dados dos editais foram coletados para análise e alguns exemplos de projetos aprovados, portanto viabilizados pelo fundo. A análise de dados dos editais aprovados e das modalidades artísticas contempladas dentro do recorte temporal de 2016 a 2023, também foi apresentada nesse capítulo, assim como a apresentação dos Figuras que demonstram os investimentos relacionados a esses editais (por ano e por projeto/modalidade artística contemplada).

Nas considerações finais são apresentadas as análises da pesquisa, a partir dos dados apresentados no capítulo anterior. Essas reflexões se basearam nos dados e nos referenciais teóricos abordados ao longo desse presente trabalho.

Ao final deste trabalho se considera que é preciso a compreensão acerca do papel do estado, mediante as políticas públicas, no processo de compreender, incentivar e investir na cultura como elemento fundamental do desenvolvimento regional.

CAPÍTULO 1

DESENVOLVIMENTO: DISCUSSÕES SOBRE FATORES INTRÍNSECOS

O termo desenvolvimento, à priori, pode sugerir uma análise direcionada para alguns aspectos relacionados com fatores ligados, principalmente, com os estudos voltados para a economia e sua influência direta em âmbito mundial.

É comum que seja colocado como fatores principais para a desenvolvimento, os aspectos econômicos. No entanto, uma análise mais ampla se faz necessária principalmente pelo fato de que o desenvolvimento econômico, nem sempre está ligado ao desenvolvimento pessoal, social, político e cultural de uma população.

Discussões extremamente relevantes foram levantadas por Sen (2000) em relação aos demais fatores que geram desenvolvimento, tais como, a ideia de que desenvolvimento não

deve ser uma reflexão que esteja desvinculada da análise acerca do termo liberdade. Em seu livro, intitulado Desenvolvimento como Liberdade, o autor aponta que a liberdade é o principal fim e o principal meio do desenvolvimento, ele ressalta a necessidade de uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas, além da elaboração de políticas públicas e do envolvimento de instituições no importante papel de promover o desenvolvimento.

As visões acerca do que promove o desenvolvimento, em geral, se encontram restritas e se apresentam em forma de dados relacionados ao Produto Nacional Bruto (PNB). As propostas de discussão sobre o aumento de rendas pessoais, industrialização, avanços tecnológicos ou modernização social, não representam uma negação sobre a importância dos fatores econômicos, apenas acrescentam uma discussão mais ampla ressaltando, principalmente, as questões relacionadas com os direitos civis (direitos aos serviços de educação e saúde de qualidade, os direitos sociais de acesso às discussões políticas, o direito de acesso à cultura, por exemplo). Todos esses fatores estão relacionados diretamente com a geração de oportunidades pessoais e sociais que afetarão o desenvolvimento em determinado espaço, cidade ou região.

Segundo Sen (2000) o Estado tem, como uma das suas principais funções, a regulamentação e boa condução dos negócios públicos, no sentido de oportunizar e enriquecer o desenvolvimento econômico, social, cultural e político de forma ampla. Esse crescimento e desenvolvimento amplo é chamado pelo autor de expansão das liberdades substantivas interligadas, cujos papéis vitais do processo devem ser representados por instituições diferentes, incluindo mercados e organizações relacionadas ao mercado, governos e autoridades locais, partidos políticos e outras instituições cívicas, sistema educacional e oportunidades de diálogo e debate aberto (incluindo o papel da mídia). Sendo assim, o termo liberdade associado ao desenvolvimento, aponta a importância de que outras análises necessitam ser levadas em consideração para que o processo seja de crescimento real, dentre eles as chamadas liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Neste sentido, o desenvolvimento se tornaria acessível e libertador, conforme ressalta Sen (2000):

> “Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação n comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras”. (SEN, 2000, p.26)

O fato é que as discussões acerca do termo desenvolvimento, sob a perspectiva de Sen (2000) vem sendo refletida e reformulada de diversas formas e sob novas perspectivas, apresentando visões menos restritas e, levando em consideração o aspecto relacionado ao bem-estar pessoal e coletivo da população de uma região.

Nem sempre as discussões teóricas sobre o tema caminham em consonância com a realidade prática, com ações que efetivamente viabilizam o chamado desenvolvimento e, por isso as discussões ao longo do tempo, foram tão importantes. A realidade imposta pela Revolução Industrial e a Segunda Guerra Mundial contribuíram de forma fundamental para o cenário atual, principalmente pelo fato de que a realidade social e econômica apresentou inúmeras mudanças e novas reflexões se fizeram necessárias diante das diferentes demandas que surgiram durante todo esse tempo.

O início de discussões acerca de economia e progresso na sociedade ocidental, está vinculada à obra de Adam Smith, que escreveu em 1776, o livro que foi considerado como o primeiro manual de economia (Riqueza das Nações) e, onde termos como progresso apresentaram destaque.

Segundo Amaro (2014) o conceito de desenvolvimento deve apresentar uma análise histórica anterior ao período da Segunda Guerra Mundial, uma vez que o desenvolvimento está ligado a relação de dominação de determinadas nações sob outras. Neste sentido, toda a compreensão moderna sobre desenvolvimento e progresso se deu de forma diferenciada entre inúmeras localidades em âmbito mundial. Por isso, as primeiras discussões sobre o tema se apresentam como uma forma de solucionar problemas relacionados aos locais subdesenvolvidos.

Adam Smith foi o primeiro economista a refletir sobre a natureza das riquezas das nações e, nesse sentido as primeiras discussões sobre progresso começaram a surgir. A partir dele, inúmeras contribuições foram dadas ao longo do tempo, sendo que a cada contribuição novos questionamentos foram apontados como influenciadores diretos do desenvolvimento.

Segundo cita Amaro (2014), diversos autores têm influência no entendimento do conceito de desenvolvimento, tais como: Thomas Malthus (teoria de crescimento populacional e suas consequências), David Ricardo (teoria de especialização na produção de bens), John Stuart Mill (defendia a ideia de que parte do desenvolvimento social partia do desenvolvimento do indivíduo), Karl Marx (defendia a ideia da luta de classes, onde a classe operária tomaria para si o modo de produção), Joseph Schumpeter (defendia a ideia de que o capitalismo e suas inovações seriam os geradores de maiores produtividades e crescimento) e, realçando a teoria do bem-estar, a partir da metade do século XX, os autores John Hicks (teoria do equilíbrio geral

e dos problemas do ciclo econômico), Lionel Robbins (teoria que amplia a visão do termo economia como sendo uma ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos com usos alternativos), Alfred Marshall (teoria relacionada ao uso dos juros), dentre outros.

A análise histórica robusta revista por Amaro (2014) deixa em evidência que as contribuições sobre o entendimento do progresso e desenvolvimento se deram a partir de diversas revoluções históricas que promoveram mudanças estruturais e, também, de cunho mais subjetivo e filosófico.

Amaro (2014), também, enumera os fatores em que o desenvolvimento se baseou ao longo de revoluções, como os seguintes: economicismo, produtivismo, consumismo, quantitativismo, industrialismo, tecnologismo, racionalismo, urbanicismo, antropocentrismo, etnocentrismo e uniformismo.

Uma das consequências diretas apontadas por Amaro (2014) no estabelecimento dos fatores (mitos) apontados acima (especialmente os relacionados ao aspecto economicista), logo após a Segunda Guerra Mundial, é a associação direta entre desenvolvimento e modernização:

> "Nesse sentido, o subdesenvolvimento era visto como um atraso no desenvolvimento, a tradição um obstáculo à modernização, o campo e os meios rurais um passo atrás na caminhada para as cidades e para o progresso, as culturas e mentalidades não europeias um constrangimento à eficiência produtiva e ao bem-estar material, etc". (AMARO, 2014, p.48)

A associação direta e restrita dos termos desenvolvimento e economia, à princípio, apontados quase como termos sinônimos foi demonstrando ao longo do tempo uma série de consequências, tanto do ponto de vista de progresso econômico, no entanto, igualmente drásticas, em relação ao bem-estar coletivo, especialmente dos chamados países subdesenvolvidos.

Por um lado, os avanços na produção de bens de consumo e serviços, níveis maiores de escolarização, melhoria nos avanços científicos, melhoria nas condições de saúde pública, melhoria e aumento dos avanços tecnológicos a serviço da maior produção, consumo e lazer vieram e seus benefícios, claramente, foram estabelecidos. No entanto, paralelamente a todos esses aspectos ocorreu a instauração de uma série de efeitos adversos, extremamente preocupantes para o bem-estar de uma enorme parcela da população mundial.

Esses efeitos adversos estão relacionados, por exemplo, com a baixa porcentagem da população mundial que usufrui de todos os benefícios do progresso, especialmente os chamados países de terceiro mundo (subdesenvolvidos): taxas de analfabetismo elevadas, em particular

junto da população feminina; fomes e subnutrições graves, levando à morte; doenças para as quais já se dispõe de cura (malária, diarreias, tuberculose, cólera, etc.) e que continuam a matar e a constituir surtos epidêmicos; baixas esperanças de vida à nascença, etc. (Amaro, 2014).

O chamado bem-estar promovido pelo desenvolvimento associado diretamente com o aspecto economicista, ao longo do tempo, trouxe consigo uma série de agravantes e, o principal deles, foi a centralização dos benefícios. A promoção do mal-estar social se tornou evidente, diante dessa má distribuição das benesses. O prejuízo social se instalou evidenciando a exclusão social, o stress afetivo e profissional (gerado pela competição excessiva e desumanização nos ambientes de trabalho), a degradação dos recursos naturais, o aparecimento de novas doenças públicas e o retorno de doenças que já haviam sido erradicadas, a hiperespecialização em determinadas áreas de conhecimento (tornando o foco mais micro e menos macro), o surgimento de intolerâncias voltadas para aspectos religiosos e culturais radicais (gerando conflitos bélicos, inclusive).

A partir de inúmeros eventos históricos políticos que marcaram o cotidiano da população mundial, eventos, tais como, as dívidas externas contraídas pelos países subdesenvolvidos, a ausência de apoio financeiro por parte dos países desenvolvidos, o agravamento relacionado à extrema degradação ambiental, os conflitos bélicos (Guerra do Vietnã), e a desestruturação dos países socialistas, especialmente na União Soviética, com acontecimentos marcantes como o racionamento, de abastecimento de bens essenciais, o desastre nuclear de Chernobyl, o governo de Mikhail Gorbachov, a queda do Muro de Berlim (1989), surge a necessidade de uma discussão mais ampla sobre o que é e o que determina o desenvolvimento e suas principais nuances.

Pensando em atingir benefícios futuros relacionados ao desenvolvimento, novas formas de se refletir sobre isso surgiram, no sentido de suprir as necessidades recentes e de, alguma forma, minimizar os efeitos anteriores gerados pelo pensamento restrito de desenvolvimento e, inúmeras discussões foram realizadas, especialmente por instituições de reconhecimento mundial e, a partir desses encontros internacionais, novos paradigmas foram estabelecidos na discussão sobre desenvolvimento.

Segundo aponta Ferreira (2017), "... as novas discussões criticam a lógica do desenvolvimento (econômico) como fim em si e, portanto, mensurável a partir do crescimento (PIB agregado ou per capita, fator de produtividade total, etc.). Em contrapartida, postula o desenvolvimento enquanto processo multidimensional, cujo objetivo seria a satisfação das "necessidades" do Homem (visão inspirada pela famosa pirâmide de Maslow), ou ainda, noutra formulação, a expansão das liberdades e direitos para realização do seu potencial (Cf. Sen,

1999). Esta última proposta – *capabilities approach* – tem sido a seguida pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), nos seus Relatórios de Desenvolvimento Humano, desde o princípio da década de 1990."

Nesse sentido, Amaro (2014) aponta os novos paradigmas importantes para que o desenvolvimento seja pautado, basicamente em estudos acerca dos registros já produzidos sobre desenvolvimento (uma análise cientificamente fundamentada) e que esses estudos sejam utilizados como base e referência para a sistematização de estratégias voltadas para o desenvolvimento.

Com base nessa abordagem, alguns conceitos são primordiais nessa análise que será tão importante para determinar o futuro do conhecimento sobre desenvolvimento, tais como:

- Desenvolvimento Sustentável (na sua formulação mais simples, designa o processo de satisfação de necessidades atuais que não põe em causa a satisfação de necessidades das gerações futuras).

-Desenvolvimento Local (o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas).

- Desenvolvimento Participativo (procura colocar as pessoas e as comunidades locais no centro do protagonismo - o desenvolvimento é o exercício pleno da cidadania e o resultado de uma participação ativa de todos).

- Desenvolvimento Humano - Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH)

A ideia central é a do aumento das opções dos indivíduos e dos seus grupos, de forma a satisfazerem as suas necessidades básicas, a aumentarem a sua segurança pessoal e a atingirem um nível de vida digno, em várias dimensões: saúde, educação, bem-estar material, cultura, etc... que passou a defini-lo como: o processo de aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações futuras, protegendo a segurança pessoal e alcançando a igualdade para todas as mulheres e homens.

Além disso, Amaro cita o desenvolvimento Social como um processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais), e o Desenvolvimento Integrado, como o processo que conjuga as diferentes dimensões da Vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo: a articulação entre o econômico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e

a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e a ação; o ser, o estar, o fazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino, etc. (Amaro, 2014, p. 57-60)

A partir do estabelecimento sistemático desses fatores, as ações e estratégias relacionadas ao desenvolvimento se apresentam levando em consideração as perspectivas para solucionar desafios atuais da humanidade. Neste novo cenário, a ideia é desvincular a ideia de desenvolvimento enquanto elemento de dominação dos países desenvolvidos sob os subdesenvolvidos, em relação a esse novo panorama. Neste sentido, Amaro (2014) afirma: "... que as novas formulações do conceito de desenvolvimento são mobilizadoras para uma ação emancipadora e participativa e não subordinada." (p.66)

O crescimento econômico pode ocorrer em diferentes esferas. O simples aumento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita e da renda não contempla a população como um todo e nem promove um desenvolvimento homogêneo. Em muitos casos alarga os graves problemas de desigualdades regionais, não produzindo desenvolvimento humano e social a fim de melhorar a qualidade de vida da população. E a cultura como estratégia de desenvolvimento precisa estar inserida no debate político, fortalecendo a democracia, a economia e o trabalho no combate às desigualdades (Brant, 2009).

Entretanto, é importante ressaltar que críticas podem ser feitas acerca das discussões sobre os novos paradigmas adotados para as reflexões sobre desenvolvimento.

Segundo, Ferreira (2017) a adoção de uma separação de perspectivas em relação ao termo desenvolvimento (desenvolvimento mainstream e desenvolvimento alternativo) se encontra, por vezes, distante do que seria suas prerrogativas iniciais:

> "[...]A arrumação das correntes de desenvolvimento sob os rótulos de mainstream e alternativos é, embora generalizada em várias instâncias, largamente inadequada face à realidade atual. Pieterse (1998) chama (e bem) a atenção de que, o que se encontrava nitidamente separado na década de 1980, foi sendo misturado ao longo da década seguinte. Algumas das principais preocupações dos modelos que se agruparam como parte de um movimento de desenvolvimento alternativo (as culturas e comunidades locais, a descentralização e a participação bottom-up, a sustentabilidade ecológica, etc.) foram frequentemente incorporadas nos discursos desenvolvimentistas dominantes (assentes no positivismo do crescimento econômico)." (FERREIRA, 2017, p. 113 - 144)

Isso descaracterizaria visões antagônicas. Por isso, as discussões são de extrema importância, no sentido de delimitar estratégias que possam elucidar ações que serão possíveis de serem executadas, no sentido de promover o desenvolvimento de maneira mais extensa e

que vise o bem-estar de forma coletiva.

1.1 EDUCAÇÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO

Em relação à educação é importante ressaltar que a mesma se faz presente como uma forma assertiva de propor o desenvolvimento cultural de uma região, uma vez que possibilita ao indivíduo a consciência, proveniente de discussões, vivências e contato direto com suas matrizes culturais. Reconhecer suas raízes culturais é fundamental para compreender a importância de toda a realidade que o cerca, o faz compreender todos os referenciais históricos que fazem parte de sua essência enquanto indivíduo.

Por isso, a educação é um meio, extremamente importante para que o desenvolvimento regional ocorra de maneira mais ampla e consciente (Furtado, 1983).

O desenvolvimento regional é um processo multifacetado, o que significa dizer que diversos aspectos estão envolvidos nesse processo, compreende-se o desenvolvimento regional como um processo de mudança sustentada que objetiva o progresso da região e de cada indivíduo que nela reside, e exatamente por isso que a educação se faz tão necessária dentre todos os aspectos envolvidos nas reflexões acerca do desenvolvimento regional, porque ela assume um papel transformador, uma vez que possui uma função social que reflete, inicialmente uma mudança do indivíduo porém, no futuro essas transformações serão atingidas em uma escala maior de desenvolvimento, seja ele econômico, cultural, social e, inclusive, tecnológico.

A viabilização de projetos culturais é uma forma de proporcionar a todos os indivíduos um vínculo simbólico que torna possível o reconhecimento de uma identidade cultural. É por meio da sociabilidade, da convivência em espaços públicos e educação que os indivíduos se comprometem com suas raízes culturais e, principalmente, as conservam presentes ao longo dos anos como um referencial importante. Na sociedade capitalista, urbana, a educação é vinculada a responsabilidade da continuidade de todos os aspectos vividos anteriormente pela sociedade e é através dela que os indivíduos podem refletir sobre os acertos e equívocos históricos e, através disso modificar e transformar o rumo das gerações, por isso é tão importante o acesso à educação e de todas as possibilidades que ela pode promover oportunidades, sejam de melhorias sociais, econômicas, culturais, dentre outras.

Dentro do contexto da educação voltada para o reconhecimento cultural é importante ressaltar que o desenvolvimento pessoal está associado com fatores relacionados às competências e habilidades que cada indivíduo possui ou pretende desenvolver e, essas

competências e habilidades podem ser ampliadas se os indivíduos tiverem oportunidades de acesso às vivências educacionais que possuem esse objetivo. Por isso, é interessante refletir sobre o entendimento da UNESCO (2019, p.22) sobre esse aspecto:

> "Por meio da educação, espera-se que os estudantes adquiram e desenvolvam as experiências e habilidades cognitivas, socioemocionais e comportamentais de que precisam para se tornarem contribuidores construtivos e responsáveis perante a sociedade."

Se analisarmos o último Plano Nacional de Educação aprovado é possível perceber a importância dada ao direito de se assegurar o acesso à educação e, em destaque nas diretrizes apontadas, à cultura como agente pertencente ao processo de educação do indivíduo. De acordo com suas diretrizes básicas descritas pela LEI nº 13.005 de 25 de junho de 2014:

> "Art. 2º São diretrizes do PNE:
> III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
> VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
> VIII – estabelecimentos de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;"

As diretrizes curriculares da educação revelam que a promoção da cidadania com formação humanística, está, concretamente, vinculada ao processo educacional e esse processo só será de qualidade e acessível para todos se houver incentivos através, especialmente, dos recursos públicos. Por isso, a promoção de projetos sociais culturais com ênfase nas manifestações artísticas é uma iniciativa que transforma o cotidiano e as expectativas de muitos indivíduos envolvidos com essas práticas.

A cultura representa um importante fator de desenvolvimento pessoal e social que abrange, também, o desenvolvimento por alguns motivos, primeiro porque o reconhecimento cultural por parte do indivíduo é essencial para a construção de sua própria identidade e, depois porque existe um retorno financeiro relacionado aos investimentos em cultura e lazer e esse retorno está associado, também, com o desenvolvimento de uma região.

Dentro da perspectiva que envolve os estudos da Psicologia da Cultura, inclusive, a ênfase do conceito relacionado com o termo cultura está centrada na interação social entre indivíduos em determinado momento histórico.

A cultura não está "fora" dos indivíduos, ela faz parte da "realidade intersubjetiva" destes e é uma condição inerente para a constituição do sujeito (Ribas & Seidl-deMoura, 2006),

o que se difere da perspectiva evolucionista que aponta o termo “cultura” como um dos mecanismos que foi selecionado ao longo do processo de evolução humana, onde os aspectos filogenéticos do ser humano necessitam ser levados em consideração, de acordo com (Tooby & Cosmides, 1992). A cultura envolve mecanismos neurais e psicológicos foram selecionados ao longo do tempo e permitiram aos seres humanos produzirem cultura, auxiliando na adaptação aos diferentes meios em que viviam. Produzir cultura significa oportunizar vivências coletivas que possam ser reproduzidas e repassadas como uma forma de identificação de um grupo e, possibilitar e incentivar que projetos culturais reforcem as idiossincrasias locais, regionais, espaciais.

Outro aspecto importante em relação ao estímulo de incentivos à cultura está relacionado com o fato de que a cultura promove, além do desenvolvimento pessoal, um retorno que proporciona para o investidor e região um desenvolvimento sob outros aspectos, especialmente econômico.

Projetos culturais possibilitam a formação de uma cadeia de oportunidades, por exemplo, de empregos e renda e, ao mesmo tempo disponibilizam o contato de pessoas que teriam dificuldades para esse acesso.

Os investimentos em projetos culturais, seja por iniciativa pública ou privada são de extrema importância para o enriquecimento do processo de formação de um indivíduo e concomitantemente, um meio de possibilitar o desenvolvimento econômico regional, por consequência.

A expansão econômica do setor cultural afigura-se, portanto, como uma frente significativa da batalha pela geração de empregos e promoção de empreendimentos de pequeno porte que encontram, neste setor, oportunidades excepcionais. (Sachs, 2005).

Nesse sentido, mesmo nos atentando ao retorno financeiro que os investimentos ligados a cultura possam ter, é fundamental refletir, verdadeiramente, sobre as consequências mais amplas em se investir nesse setor, assim como ressalta (SACHS, 2005):

> “[...]a atividade artística tem um significado que transcende a economia do mercado. Ela deve ser encorajada por todos os meios como um vetor da plena realização do desenvolvimento das pessoas, uma maneira extremamente positiva de usar o tempo de não-trabalho, de promover a convivialidade e de cimentar a identidade nacional. O ato criativo vale por si só...” (SACHS, 2005, p.162)

Analisando o desenvolvimento integral do indivíduo, a cultura se apresenta como um dos elementos pertencentes aos direitos estabelecidos pelo índice de desenvolvimento humano

(IDH).

As discussões acerca de outros elementos relacionados com a promoção do desenvolvimento se deram, especialmente, a partir da criação da Fundação Internacional de Alternativas de Desenvolvimento (FIPAD) na década de 1980, onde a percepção sobre o conceito de desenvolvimento se tornou objeto de discussão. As reflexões sobre o conceito se voltaram para os aspectos endógenos geradores do desenvolvimento, se tornando mais abrangente e pluridimensional, assim como cita Sachs (2005):

> "[...]a reflexão desenvolvida pela FIPAD trilhou o caminho para a redefinição, nos anos 90, do conceito de desenvolvimento como efetivação e universalização do conjunto dos direitos humanos, das assim chamadas três gerações de direitos – direitos políticos, civis e cívicos; direitos econômicos, sociais e culturais; direitos coletivos como o direito ao meio- ambiente, à infância etc." (SACHS, 2005, p.155)

Nesse sentido o termo desenvolvimento passou a ter uma preocupação voltada para outros aspectos, que não exclusivamente econômicos, como os avanços sociais (voltados para inclusão) e ambientais (voltados para uma visão sustentável que visa a preservação e não a exploração dos recursos naturais de maneira indiscriminada).

O que se observa com o passar do tempo, em relação ao processo de discussão sobre desenvolvimento é que, apesar do crescimento econômico, intermediado pelos planos de avanço propostos pelos países desenvolvidos, ocorreu um crescimento ineficaz sob o ponto de vista global, pois as desigualdades sociais se apresentaram presentes, inclusive nos chamados países de primeiro mundo e, essas desigualdades se estenderam para os países periféricos, ainda, com mais intensidade. Nessa perspectiva, são diversas as consequências advindas dessa desigualdade: taxas altas de desemprego, má distribuição de renda, dificuldade de acesso aos direitos humanos básicos.

Assim como discute Furtado (1992) em sua obra "Brasil, a construção interrompida", e aponta para um processo de desenvolvimento aliado ao conceito dos Estados - Nações, onde o desenvolvimento parte da ideia de fortalecimento e possibilidade da liberdade de escolhas dos indivíduos, sob um ponto de vista mais regional.

Segundo, Furtado (1992) a ideia de desenvolvimento não está dissociada dos interesses regionais, ou seja, as escolhas relacionadas com as reais demandas locais (interesses, estilos de vida, relação produto e consumo) são importantes para dar significado e estímulo para o desenvolvimento local. Nesse sentido, a cultura desempenha um papel essencial, pois a sensação de pertencimento local se dá a partir do reforço identitário proporcionado pelas

referências culturais de um povo.

Em relação ao Brasil, país colonizado e sujeito à imposição cultural europeia, esse processo se faz, ainda mais necessário. A libertação do domínio imperialista é importante no reconhecimento e apoio a cultura regional, ideia defendida por Cabral (1999). Segundo essa perspectiva, a cultura se torna um agente importante de reflexão sobre questões relacionadas aos aspectos intrínsecos locais e, a partir daí o reconhecimento das reais necessidades sociais.

A capacidade de gerar desenvolvimento, sob essa perspectiva se volta para o aspecto de que a autonomia local é importante como forma da população reconhecer de maneira crítica e consciente suas raízes identitárias e suas principais necessidades para mantê-las e, a partir daí, pensar em ações que possam prover na prática o desenvolvimento de determinada região, localidade ou sociedade.

A definição do termo cultura, de maneira geral, está associada sempre com a transmissão de hábitos, costumes, crenças, leis e conhecimentos adquiridos ao longo tempo, no entanto, a definição de cultura parte, à priori, das relações sociais que vão construir uma identidade nacional, regional e local. Em relação a esse conceito Miranda (2000) afirma que a identidade depende de uma representação cultural com sentido e significado:

> "As identidades nacionais não são nem genéticas nem hereditárias, ao contrário, são formadas e transformadas no interior de uma representação. Uma nação é, nesse processo formador de uma identidade, uma comunidade simbólica em um sistema de representação cultural. E a cultura nacional é um *discurso*, ou modo de construir sentidos que influenciam e organizam tanto as ações quanto às concepções que temos de nós mesmos [...]" (MIRANDA, 2000, p.78 - 88)

Nesse sentido, as referências culturais, embora permaneçam, em sua essência, presentes no contexto atual, passam por um processo de adaptação ao longo do tempo, principalmente pelo fato de que os elementos que definem a cultura de um local estão em constante transformação, com novos referenciais que se apresentam e são incorporados no cotidiano nacional, regional ou local, e isso gera a ressignificação cultural.

Arantes (1990) define cultura popular como sendo um processo de transformação constante, no entanto com uma base sólida vinculado com suas matrizes culturais:

> "[...] produzir arte é construir, com cacos e fragmentos, um espelho onde transparece, com as suas roupagens identificadoras particulares, e concretas, o que é mais abstrato e geral num grupo humano, ou seja, a sua organização, que é condição e modo de sua participação na produção da sociedade[...]" (ARANTES, 1990, p.83)

Embora, as discussões em relação ao processo de ressignificação da cultura seja uma

realidade importante a ser considerada, o reforço aos elementos autênticos e genuínos também o são, e o reforço constante para que não ocorra uma homogeneização sob o aspecto cultural global se faz necessário, no sentido de que a manutenção do conhecimento relacionado com as matrizes culturais de uma localidade, região ou país e poder ser uma garantia mantenedora de registros culturais diversificados. Sendo assim, Pedroso (l999) afirma que:

> "[...] um povo que não tem raízes acaba se perdendo no meio da multidão. São exatamente nossas raízes culturais, familiares, sociais, que nos distinguem dos demais e nos dão uma identidade de povo, de nação. Percebe-se a importância de se conhecer as raízes da própria cultura para que haja a formação de identidade, no propósito de se definir enquanto cidadão sabendo situar-se na sociedade." (PEDROSO, 1999, p. 6)

A análise voltada para a importância da manutenção e reforços ligados à cultura passa pelo conceito de multiculturalismo, que apresenta em sua base de discussão o reconhecimento abundante de diversidades culturais, o respeito e incentivo em validar as diferentes expressões e contribuições culturais, além de celebrar essas diferenças a partir da mudança do discurso, onde o mais relevante se torna respeitar conscientemente os aspectos diversos culturais e, não apenas, tolerá-los.

A partir do conhecimento e reforço identitário regional, uma cultura dialoga com outros referenciais e estabelece uma relação de diferentes grupos e o processo cultural se dá a partir de uma construção histórico-social. O processo de diversificação cultural ocorre por intermédio dessas relações estabelecidas historicamente e socialmente. Segundo Arias (2002):

> "[...]la cultura no es algo dado, uma herencia biológica, sino uma construcción social e históricamente situada, em consecuencia es um producto histórico concreto, uma construcción que se inserta em la história y especificamente em la história de las inter-acciones que los diversos grupos sociales establecen entre si." (ARIAS, 2002, p. 9)

A cultura envolve elementos e propõe discussões relacionadas a diversos aspectos, sejam eles administrativos, educativos, sociais e, inclusive econômicos e, exatamente por isso, fatores da cultura estão diretamente ligados com a possibilidade concreta de geração de desenvolvimento. A partir, dessa reflexão se faz necessário pensar em como é possível unir esses interesses relacionados com a cultura (manutenção do registro identitário e desenvolvimento, especialmente, sob o ponto de vista econômico e social. Em relação a essa questão Lóssio (2007) afirma que:

> "O que cabe na atualidade é olhar a cultura popular na perspectiva da sustentabilidade cultural no processo de desenvolvimento local, assim, quando discutimos cultura estamos necessariamente considerando a vertente da geração de emprego, renda e

> negócios. A cultura popular proporciona a cultura do prazer, que por sua vez torna-se um produto vendável." (LÓSSIO, 2007, p. 4)

Nesse sentido é importante levar em consideração que o aspecto cultural está ligado ao desenvolvimento, devido ao fato, também, de que promover e estimular o apoio e disseminação do conhecimento cultural pode gerar um crescimento econômico, pois o consumo direcionado para o setor criativo ligado ao lazer se apresenta como uma necessidade individual e social importante. De Jesus (2003) afirma que:

> "Desenvolvimento local é entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade local, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local". (DE JESUS, 2003, p. 7)

Ainda sobre essa relação cultura e desenvolvimento, Sachs (2005) citou estudos da Fundação João Pinheiro que foram realizados há alguns anos. Nestes, apontou que a economia da cultura representou pelo menos 2% do PIB nacional, ou seja, movimentou pelo menos 1 bilhão de dólares/ano (dados de 2001). Segundo o autor, um estudo mais atualizado aumentaria este patamar significativamente.

Ainda em relação aos investimentos no setor cultural, Sachs (2005) enumerou dados do IBGE (2005): 52,7% dos 5.560 municípios não têm livrarias, 21,3% não têm biblioteca pública, 79,4% não têm emissora de rádio AM, 61,7% não têm emissora de rádio FM, 50,7% não têm lojas de discos, 92,4% não têm salas de cinema, 35,9% não têm videolocadoras, 82,2% não têm museus, 81,2% não têm teatros nem salas de espetáculos. A reflexão em relação a essa estatística se faz necessária, uma vez que a ampliação da infraestrutura nesse setor pode promover o desenvolvimento, sob o ponto de vista cultural e econômico regional, especialmente, sob o ponto de vista de reforço identitário cultural:

> "[...] a atividade artística tem um significado que transcende a economia do mercado. Ela deve ser encorajada por todos os meios como um vetor da plena realização do desenvolvimento das pessoas, uma maneira extremamente positiva de usar o tempo de não-trabalho, de promover a convivialidade e de cimentar a identidade nacional. O ato criativo vale por si só..." (SACHS, 2005, p.87)

Nesse sentido, a cultura não deve ser renegada como uma necessidade secundária ou como uma prioridade elitista, mas sim como um dos elementos importantes que promovem o desenvolvimento, uma vez que proporciona acesso a direitos, formação humana, cognitiva, identitária da população.

Discussões como essas são de extrema relevância e a viabilização de ações que

proporcionem vivências concretas se dão a partir de envolvimentos institucionais, especialmente governamentais, no sentido de prover metas e estratégias que serão traçadas por políticas públicas que possuam o comprometimento em proporcionar projetos voltados para o desenvolvimento, dentro da perspectiva cultural.

Para tanto, o papel do Estado e de suas ações através das políticas se faz necessário. O fomento de políticas públicas culturais favorece a geração de trabalho e renda e, ao mesmo tempo, fortalece a cultura, por isso a ampliação de espaços e projetos culturais pode se tornar uma possibilidade de investimento que gera oportunidades para a população de uma determinada região.

CAPÍTULO 2

POLÍTICAS PÚBLICAS, CULTURA E DESENVOLVIMENTO

De maneira geral, políticas públicas são caracterizadas como sendo as estratégias e diretrizes, importantes em diversos âmbitos, para um planejamento mais assertivo, que seja claro e suficientemente objetivo, e que consiga beneficiar um maior número de indivíduos possíveis de maneira indistinta e democrática. É papel, especialmente, dos órgãos governamentais o ato de possibilitar o acesso das pessoas em relação a todas as necessidades que sejam identificadas como prioritárias, do ponto de vista micro e macrorregional.

Os espaços urbanos são locais viáveis para possibilitar o contato dos indivíduos com seus referenciais culturais, com as expressões culturais relacionadas diretamente com sua região e a expansão dessas possibilidades não deve ser restrita para uma minoria, por isso os incentivos públicos para esse acesso são, a princípio uma resgate histórico e cultural de uma região e, posteriormente um fator primordial para se transformar o patrimônio histórico e cultural em valores e referências para as próximas gerações.

A viabilização de projetos culturais é uma forma de proporcionar a todos os indivíduos um vínculo simbólico que torna possível o reconhecimento de uma identidade cultural.

A argumentação em relação às metas e estratégias são o ponto de partida para ações assertivas para possíveis soluções relacionadas com as demandas sociais, econômicas, políticas e culturais de uma região, e a maneira pela qual essas ações são possíveis surgem a partir das chamadas políticas públicas.

A partir das discussões acerca das necessidades de desenvolvimento de uma região, surgem ideias relacionadas às possíveis ações que possam minimizar, ou até mesmo solucionar

determinadas demandas, as chamadas políticas públicas viabilizam a existência de projetos voltados para as áreas que apresentam maiores deficiências, sejam elas de qualquer âmbito.

Políticas públicas podem ser viabilizadas de diferentes formas e um dos seus principais objetivos, segundo diversos estudiosos, é buscar a integralização dessas medidas dentro das perspectivas municipais, estaduais e nacionais, para que assim os incentivos para o desenvolvimento ocorram de maneira mais igualitária, ou seja favoreçam desde os grandes centros urbanos até as regiões mais distantes dos mesmos.

Quando se discute sobre a importância dos projetos culturais para o desenvolvimento amplo dos indivíduos (pessoal, social, econômico), um dos questionamentos pertinentes a essa discussão está na reflexão acerca de quem é o responsável pela cultura, se o estado ou o mercado.

A importância desse questionamento se refere ao fato de que existem implicações na forma estratégica de divulgação e investimentos nesses projetos, uma vez que aspectos econômicos podem influenciar no que é apresentado como cultura, no seu sentido mais autêntico, ou seja, como elemento que representa, verdadeiramente, os hábitos, costumes e tradições de um povo. Em relação a essa preocupação, a promoção de um raciocínio mercadológico aplicado à cultura, Silva (2001) aponta que os profissionais envolvidos com a produção e o *marketing* cultural têm chamado a atenção para uma nova visão da cultura, a da cultura como negócio.

Diante desse conturbado contexto, segundo Zuin (2001), a mercantilização da produção simbólica - objetivo central do sistema de produção calcado na falsidade de que a massificação da cultura realmente possibilita a emancipação coletiva - tem duas tarefas fundamentais: a integração e a reconciliação forçada entre os grupos sociais desiguais entre si.

Nesse contexto, tudo que possa vir a público já está tão profundamente demarcado que nada pode surgir sem revelar, de antemão, os traços e os comportamentos demarcados pelo "gosto popular". Assim, a ideologia está tão "colada" à realidade que qualquer comportamento que não esteja vinculado ao atendimento das necessidades do consumo é rotulado como desviante, além de se ter uma identidade "única" e a impressão de que não há qualquer tipo de padronização ou uniformização do produto (Zuin, 2001).

> Nesse aspecto, a cultura deixa de representar seu contexto regional e todas as especificidades, por consequência, principalmente por ser representada, apenas, pelos grandes centros urbanos, ocultando assim todo seu referencial periférico.

Políticas Culturais de maneira geral são incluídas no espectro do "conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar

os arranjos simbólicos, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social" (Canclini, 2005, p. 78).

Nesse sentido a existência de políticas públicas voltadas para educação, através de projetos sociais e culturais que auxiliem nesse processo de desenvolvimento pessoal, social, cultural, econômico e, por consequência regional são de extrema relevância, e vários são os exemplos de sucesso associados com projetos diversos.

Sobre os projetos culturais (Sovik, 2014) diz o seguinte:

> Os projetos culturais nos fascinam porque contêm elementos de toda a gama de relações de poder no Brasil urbano de hoje. Uma forma de entender seu significado seria chamar atenção para o fato de que seu eixo é a desigualdade estruturante da sociedade brasileira. Essa desigualdade é representada de múltiplas formas, desde a alardeada inclusão em seus quadros de ex-traficantes pelo AfroReggae, o florescimento da percussão afrobaiana do Olodum, como herança nacional, até o trabalho de jovens cineastas do projeto Nós do Morro no filme. São exemplos variados, mas todos permitem, quando apresentados na grande mídia, que as classes abastadas observem e conversem sobre desigualdades abismais (SOVIK, 2014, p. 172 - 182).

Os incentivos financeiros diretamente relacionados ao setor da cultura podem e devem alcançar patamares que tornem possível, cada vez mais, a existência de projetos culturais que reflitam diretamente na integração de um desenvolvimento social e econômico regional.

2.1 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DEDICADAS À CULTURA NO BRASIL

Analisando historicamente, as primeiras manifestações políticas de incentivo à cultura no Brasil, são apontadas pelo governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), bem como o Instituto Nacional do Livro (INL) e o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE).

A realização da Semana de Arte Moderna de 1922, realizada no Teatro Municipal de São Paulo representou uma interrupção de todos os referenciais artísticos propostos pelo período imperial, um período marcado, como explica Boaventura (2000), por agentes culturais e políticos ávidos por mudanças e que buscaram na Europa tendências estéticas contemporâneas aliadas ao contexto nacional.

O período marcado pelos anos de 1945 até 1964 foi representado por poucas iniciativas de gestão pública com a intenção de fortalecer a cultura do país. Um destaque se deu nesse período com a criação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1953, que ocorreu

devido à presença marcante do rádio e televisão no cotidiano das pessoas, a partir da 2ª Guerra Mundial. A promulgação da Constituição de 1988 tornou, ainda mais clara o papel do Estado com a cultura e o compromisso em garantir o acesso da mesma de maneira igualitária.

Em 1985 o Ministério da Cultura se desmembrou da Educação e poucos foram os incentivos para a área cultural, até que em 1991, no Governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) promulgou-se à Lei de Apoio e Incentivo à Classe Cultural Artística – conhecida como a Lei Rouanet. Assim, a iniciativa privada passou a receber incentivos com reduções fiscais para investimentos em projetos culturais.

Dentro desse contexto as empresas privadas passaram a privilegiar os investimentos culturais realizados nos grandes centros urbanos, o que ocasionou um acesso restrito da população das regiões distantes aos eventos culturais disponíveis.

Os incentivos e investimentos no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), estiveram voltados para uma visão mercadológica da cultura, uma vez que segundo descreve (SILVA, 2018) esse período governamental foi marcado pela política de eventos e pela transferência da responsabilidade das ações culturais para os Estados e municípios, uma vez que o Governo Federal perdeu a iniciativa cultural, abrindo mão de políticas públicas em detrimento das leis de incentivo fiscal, como a Rouanet. O autor, ainda, aponta que ao final do governo FHC a cultura se encontrava em dificuldades em angariar recursos, e que o fechamento de diversos estabelecimentos voltados para espetáculos teatrais, de cinemas e, até mesmo bibliotecas e museus se apresentava como uma realidade. O Ministério presidido por Gilberto Gil assumiu um posicionamento mais voltado para a democratização da cultura com recursos estatais com forte reconhecimento acerca das matrizes culturais brasileiras indígenas e afrodescendentes.

Nesta perspectiva, Lia Calabre nos apresenta que entre os anos de 2003 e 2010 houve, no âmbito do MinC, um cenário onde “os primeiros quatro anos foram marcados por um conjunto de proposições de programas, políticas e ações que alçaram o Ministério a um patamar de importância e destaque na cena política nacional que não havia sido alcançado até então” (Calabre, 2014)

A partir do impeachment da presidenta Dilma Rousseff (2016) até a eleição de Bolsonaro (2018) o que se observou foi uma série de medidas de arrocho de investimentos, não apenas no setor cultural, como também no da educação e pesquisa científica, agravado pela recente pandemia por COVID-19 que inviabilizou diversos projetos culturais.

Em relação a essa questão dos investimentos advindos a partir da aplicação dos recursos públicos na cultura e consequentemente no desenvolvimento do estado, Brant (2009, p. 32-33)

afirma que as dinâmicas socioculturais surgem como possibilidades concretas de ampliar o espaço público e oferecer novas dinâmicas de socialização e participação nas decisões da comunidade e da sociedade como um todo.

Esta visão se contrapõe ao atual modelo onde os espaços de construção e de participação da vida política estão cada vez mais restritos e contaminados por lógicas corporativas. O incentivo ao debate público, a necessidade de compartilhar decisões com o Estado, a criação de uma esfera pública não estatal e a participação estimulada em todos os espaços, formais, informais, institucionais, autônomos, governamentais, são pontos fundamentais para o estabelecimento de políticas baseadas na cidadania cultural.

A Constituição Federal de 1988 trouxe consigo o compromisso pela proteção do "Patrimônio Cultural Nacional" em todas as suas dimensões e esferas. Este compromisso alcançaria, em tese, todas as expressões culturais emanadas do seio da sociedade brasileira, dando uma ideia de diminuição das assimetrias regionais, no entanto, há cidades do Norte e Nordeste brasileiro que jamais tiveram projetos habilitados em uma lei de incentivo à cultura nacional (Sarkovas, 2005), bem como há cidades do Centro Oeste que também não foram contempladas.

A partir desse contexto é possível perceber que a cultura é um fator educacional importante para o desenvolvimento pessoal e regional, mas é também um fator de inclusão e acesso dos indivíduos aos referenciais relacionados a sua história.

Para que esse acesso não seja restrito a poucas pessoas, a viabilização de projetos socioculturais se faz essencial por dois motivos: tanto para descentralizar os recursos, quanto para oportunizar o acesso para um número maior de pessoas que estão distantes dos grandes centros urbanos.

É, portanto, dever do Estado proporcionar esse acesso, previsto inclusive na Constituição Federal de 1988, mas é salutar a ideia de que esses recursos possam vir, também, de iniciativas privadas, a atual tão criticada lei, instituída no Brasil no dia 23 de Dezembro de 1991 a lei de incentivo à cultura, popularmente conhecida como Lei Rouanet em homenagem ao ministro da cultura Prof. Sérgio Paulo Rouanet já tinha como finalidade incentivar, fomentar, difundir, estimular e apoiar a produção artística e cultural nacional.

Nos últimos anos, a redução do financiamento público para o setor cultural foi drástica. E agora, com o PL 2337/21, que trata da primeira fase da reforma tributária do Imposto de Renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido, esse setor será ainda mais impactado.

Por ser uma das alternativas mais eficientes do mercado, o incentivo fiscal é também a maior fonte de financiamento da cultura no Brasil.

No ano de 2018, cerca de 3,25 bilhões de reais foram doados para filantropia no país, cerca de 460 milhões são via incentivo fiscal. Ou seja, representam uma parcela importante do que é repassado pela iniciativa privada a projetos socioculturais. No caso específico do setor cultural, os números são ainda mais expressivos. Os projetos inscritos via Lei de Incentivo Fiscal injetaram quase 50 bilhões de reais na economia brasileira desde a sua criação em 1991. É com essa parceria fiscal público-privada que projetos dos quatro cantos do Brasil ganham vida e transformam realidades através do ensino e acesso à cultura (Parnaxx, 2021).

A visibilidade possui usos diversos, mas a presença dos projetos sociais, deve representar, sobretudo, uma maneira de viabilizar a inclusão social com o auxílio dos referenciais culturais, por isso o investimento é tão importante, uma vez que o retorno não é meramente financeiro, mas humanístico.

A Constituição de 1988 prevê oficialmente o direito ao cidadão brasileiro de usufruírem do acesso e atendimento de necessidades gerais básicas, sendo os direitos ao acesso à educação, saúde de qualidade, moradia, alimentação, emprego e, como pretende esse trabalho dar destaque, o acesso à cultura, e desenvolvimento regional. Segundo a Constituição o artigo 215 prevê:

> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.
> § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.
> §2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.
> §3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)
> I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)
> II produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)
> III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)
> IV democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)
> V valorização da diversidade étnica e regional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005). (BRASIL, Constituição Federal de 1988, art.215)

Embora a cultura se apresente como um direito que deve ser efetivamente concretizado com o auxílio das políticas públicas governamentais, se faz necessário levantar o questionamento em relação ao processo de liberdade de expressão e de escolhas, no sentido de manutenção da diversidade cultural, haja visto que as influências identitárias que foram estabelecidas ao longo do tempo no país vieram a partir de matrizes culturais diversas indígenas,

africanas e europeias.

Desta maneira, o planejamento, via políticas públicas, precisa contemplar de forma ampla todas as representações culturais de maneira democrática e gratuita, logo o estado deve se manter imparcial no estabelecimento dessas estratégias e oportunizar o livre direito de expressão para todos.

A responsabilidade nesse sentido é a de que as oportunidades devem ser viáveis buscando o amplo acesso sem a garantia de privilégios para nenhum grupo identitário específico.

Em relação a essa questão da importância das políticas públicas em manter a idoneidade de acesso à cultura regional, Simis (2007) afirma que:

> "[...] No Estado democrático, o papel do Estado no âmbito da cultura, não é produzir cultura, dizer o que ela deve ser, dirigi-la, conduzi-la, mas sim formular políticas públicas de cultura que a tornem acessível, divulgando-a, fomentando-a, como também políticas de cultura que possam prover meios de produzi-la, pois a democracia pressupõe que o cidadão possa expressar sua visão de mundo em todos os sentidos. Assim, se de um lado se rechaçam as iniciativas que favorecem a "cultura oficial", a imposição de uma visão monopolizada pelo Estado do que deva ser cultura brasileira, por outro, não se pode eximir o Estado de prover esse direito social, de estimular e animar o processo cultural, de incentivar a produção cultural, sem interferir no processo de criação, e preservar seu patrimônio móvel e imóvel." (SIMIS, 2007, p.3)

Outro aspecto relacionado a relevância das políticas públicas regionais para a manutenção da cultura está no fato de que a abertura comercial, especialmente, com o advento do processo de globalização gerou com o passar do tempo um efeito designado por diversos estudiosos como "alienação cultural", onde a identidade cultural local não se apresenta como objeto de valor autêntico e genuíno, mas sim como uma representação homogeneizada, com referências externas e não mais regionais.

O resultado disso é a descaracterização e ausência de comprometimento identitário local relacionado sob diversas perspectivas artísticas e culturais: nas artes plásticas, na música, nas danças, nos eventos comemorativos regionais, no vestuário, nos hábitos cotidianos, inclusive, linguísticos. Em relação a esse aspecto Rubim (2009) destaca a importância da valorização da identidade nacional baseada na diversidade e multiculturalismo brasileiro:

> "O nacional deve ser pensado como conformado por seus elementos singulares, mas sempre perpassados por fluxos globais, regionais e locais, ainda que em dinâmicas variadas a depender das conjunturas históricas e sociais. [...] Neste caso é necessário imaginar novas modalidades de articulação entre políticas culturais, políticas de identidade e políticas para a diversidade cultural" (RUBIM,2009, p. 109).

O fato é que as discussões relacionadas com o desenvolvimento sob o aspecto cultural implicam interesses diversos, não só de grupos específicos, mas também de quem financia, gera visibilidade, viabiliza as discussões administrativas e políticas e, por isso é preciso ter uma visão mais ampla acerca dessa temática cultural, uma vez que os interesses de quem se envolve no processo de criação, produção e financiamento podem ser, igualmente, diversos.

Historicamente, a relevância dada a cultura no Brasil pode ser, efetivamente, notada pós período ditatorial, por volta dos anos 1980, com a redemocratização do Brasil, e com a criação de um ministério que tratasse sobre uma demanda específica cultural.

O Ministério da Cultura criado pelo governo do presidente José Sarney, uma vez que a cultura brasileira se manteve subjugada durante um extenso período histórico, desde o estabelecimento do Brasil colonial, o país em sua fase monárquica negou veementemente, todas as influências indígenas e, posteriormente, africanas sob as quais temos como base formativa de nossa identidade cultural.

O atraso referente a criação de iniciativas de incentivo à cultura é histórico, conforme descreve Rubim (2007):

> "A reversão deste quadro a partir de 1808, com a fuga da Família Real para o Brasil, decorrente da invasão das tropas de Napoleão, não indica uma mudança em perspectiva mais civilizada, mas apenas o declínio do poder colonial que prenuncia a independência do país. A oligárquica república brasileira dos finais do século XIX até os anos 30 também não teve condições de forjar um cenário propício para o surgimento das políticas culturais nacionais. Apenas foram realizadas ações culturais pontuais, em especial, na área de patrimônio, preocupação presente em alguns estados. Nada que possa ser tomado como uma efetiva política cultural." (RUBIM, 2007, p. 102)

A década de 1930 marca dois momentos importantes para a cultura do país, uma vez que Mario de Andrade assume um papel importante no Departamento de Cultura do Estado de São Paulo e, quase simultaneamente, ocorre a implantação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, com a presença de Gustavo Capanema, à frente deste ministério de 1934 até 1945.

A visão inovadora de Mario de Andrade permitiu um olhar para a cultura brasileira e discussões elucidaram questões como: a importância de uma organização sistemática estatal em relação aos assuntos referentes à cultura, a elevação da cultura ao status de importância vital para o cotidiano dos indivíduos, inclusive abarcando a relevância da cultura advindo do povo, bem como a valorização dos acervos culturais populares: valores sociais, histórias, religiões, literatura, música, danças e narrativas populares, Rubim (2007).

Dentro de um contexto nacional, Gustavo Capanema, enquanto ministro promoveu também avanços significativos na cultura, mesmo na presença do Governo Getúlio Vargas,

vários foram os intelectuais que colaboraram com o incentivo à cultura (Cândido Portinari e Oscar Niemeyer são alguns dos nomes importantes nesse processo), Rubim (2007).

Esse momento histórico foi paradoxal, uma vez que ocorreram os incentivos culturais por um lado, no entanto, por outro lado estava estabelecido o movimento ditatorial no país, onde o reflexo da cultura brasileira se estabeleceu nesse contexto como elitista e, extremamente opressor, com a existência de mecanismo de contenção como a criação do Departamento denominado Departamento de Informação e Propaganda (DIP).

O período subsequente, de 1930 a 1945 seguiu com essa característica paradoxal, no entanto é relevante citar a criação e estabelecimento de órgãos importantes de discussão cultural, tais como: Ministério da Educação e Cultura (1953) e a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão vinculado ao MEC que se fez importante para a cultura brasileira daqueles anos. Somente, a partir de 1975 que o país passa a ter, efetivamente, um plano nacional de cultura, com a criação de vários órgãos importantes: Fundação Nacional das Artes (1975), Centro Nacional de Referência Cultural (1975), Conselho Nacional de Cinema (1976), RADIOBRÁS (1976), Fundação Pró-Memória (1979). A criação de outra instituição importante marcou esse período, como afirma Rubim (2007):

> "Destaque especial para dois movimentos acontecidos neste rico período de políticas culturais. Primeiro: a criação e o desenvolvimento da Funarte, a partir da experiência do Plano de Ação Cultural (1973), outra das instituições emblemáticas de políticas culturais no Brasil. Segundo: as mutações organizacionais, de pensamento e de ação associados à figura de Aloísio Magalhães. Em sua rápida trajetória nestes anos, facilitada por seu dinamismo, criatividade e relações com alguns setores militares, Aloísio, um intelectual administrativo (Ortiz, 1986, p. 124), criou ou renovou organismos como: Centro Nacional de Referência Cultural (1975); IPHAN (1979); SPHAN e Pró-Memória (1979), Secretaria de Cultura do MEC (1981) até sua morte prematura em 1982." (RUBIM, 2007, p. 106-107)

Desde o período de democratização do país em 1985 até os dias atuais, várias foram as mudanças pelas quais os órgãos vinculados à cultura passaram, especialmente os Ministérios.

Em 1986, no governo Sarney foi criada a primeira lei brasileira de incentivos fiscais para a cultura, a lei Sarney (essa lei propunha que os recursos fossem buscados no mercado), um ano após a criação da lei Sarney, ela foi extinta e deu origem a uma outra lei de incentivo, a lei Rouanet, que após passar por duas reformas (nos governos subsequentes ao Collor), no caso Governo Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva (primeiro mandato), se encontra ainda em vigência.

O grande questionamento acerca da lei de incentivo à cultura estar vinculada a uma lei de incentivo fiscal está no fato de que o estado se torna subserviente aos recursos privados para

a tomada de decisões ligadas à cultura, distanciando sua autonomia nas tomadas de decisões dentro desse contexto.

À priori, se garante o desenvolvimento do setor cultural, no entanto não se tem controle total sobre ele, e isso pode gerar consequências, dentre algumas, a não acessibilidade à cultura pela maioria da população e, até a seleção do que é considerado cultura, podendo distanciar a população dos seus registros culturais mais autênticos nacionais, regionais e locais.

O Governo Federal no período do presidente Fernando Henrique Cardoso, ao longo dos 8 anos, apresentou uma forma de conduzir o incentivo à cultura do país, também apoiada em leis de incentivo fiscal junto às empresas privadas, assumindo números que aumentaram a isenção em níveis elevados.

Segundo Doria (2003): Um estudo sobre financiamento da cultura mostrou que o uso de recursos sofreu profunda transformação entre 1995, com 66% das empresas e 34% de renúncia fiscal, e 2000, 35% das empresas e 65% de renúncia fiscal.

Nesse sentido a visão neoliberal do então governo se estabeleceu, inclusive, no processo de estímulo às produções artísticas:

> "Enquanto no governo Itamar somente 72 empresas usaram as leis (Castello, 2002, p.637), no governo Cardoso/ Weffort este número cresceu, por exemplo, para 235 (1995); 614 (1996); 1133 (1997); 1061 (1998) e 1040 (1999), sendo que a queda acontecida de 1997 em diante decorre do processo de privatização das estatais; que, em geral, no Brasil investem mais em cultura que a iniciativa privada. Mas para expandir o número de empresas interessadas em "apoiar" a cultura, o governo usou de artifícios. Por exemplo, ao reformar as leis de incentivo ampliou o teto da renúncia fiscal, de 2% para 5% do imposto devido, e, principalmente, os percentuais de isenção. Antes eles ficavam entre 65 e 75%, com exceção da área audiovisual, na qual eram de 100%. Agora este último percentual era estendido para teatro, música instrumental, museus, bibliotecas e livros de arte." (RUBIM, 2007, p. 109)

A partir de 2002, com o novo cenário político brasileiro, o governo federal (Governo de Luís Inácio Lula da Silva) propôs um Ministério da Cultura, presidido pelo Ministro Gilberto Gil e, na sequência por Juca Ferreira, que trouxe outra visão acerca do gerenciamento de recursos.

O foco, segundo o ministro seria, a partir de então, tornar a pasta da cultura mais ampla, no sentido de promover o avanço da identidade do povo brasileiro com recursos ativos estatais, a criação da secretaria de Identidade e Diversidade Cultural, por exemplo, como um indício de atenção junto às culturas populares, genuinamente brasileiras.

A presença de Gilberto Gil promoveu um universo de discussões de reconhecimento mundial, com destaque para sua participação no encontro de 2005 da UNESCO, em Paris, com um destaque para a luta pela diversidade cultural no país e no mundo.

A inclusão de dados coletados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referentes à cultura, também, se caracterizou em um avanço no sentido de tornar sistematizado os incentivos voltados para a pasta da cultura.

Segundo aponta Rubim (2007):

> "O Fundo Nacional de Cultura passou a ser definido com base na concorrência de projetos e o uso de editais para apoio à cultura foi incentivado e adotado, inclusive por empresas estatais, a exemplo da Petrobrás, a maior empresa patrocinadora da cultura no Brasil. As leis de incentivo reformuladas foram apresentadas à sociedade, mas ainda não estão em funcionamento, condição para avaliar se os vícios anteriores podem ser superados. Entretanto, uma certa correção dos desequilíbrios regionais já foi conquistada. A descentralização das atividades do Ministério também é essencial para sua maior institucionalização. Nesta perspectiva, um programa como os Pontos de Cultura, que financiam pólos de criação e produção culturais – e não atividades eventuais – em todo o país são fundamentais para dar capilaridade à atuação ministerial." (RUBIM, 2007, p. 109).

Embora a ausência de qualificação pessoal para lidar com políticas públicas, no setor cultural, tenha sido um desafio em âmbito federal, estadual e municipal, o ministro Gilberto Gil garantiu um avanço de investimento estatal, o que restituiu ao Estado um papel importante de gerenciamento nas políticas públicas culturais da nação. Segundo seu discurso no encontro da Gil (2005) a perspectiva cultural do país apontava para o reconhecimento do Estado enquanto principal mantenedor da cultura e seu empenho principal estava vinculado ao reforço da diversidade enquanto elemento principal:

> "São fundamentais o respeito, a valorização e o convívio harmonioso das diferentes identidades culturais existentes dentro dos territórios nacionais (…) podemos e devemos reconhecer e valorizar as nossas diferenças culturais, como fator para a coexistência harmoniosa das várias formas possíveis de brasilidade." (GIL, 2005, p. 07)

Embora a cultura tenha tido um momento mais amplo de discussão e destaque, a gestão federal de 2003 a 2010, deixou muitos projetos sem execução plena e orçamento previsto, anteriormente em 1% não foi atingido. Após esse período o Governo Dilma (2011 – 2014), com o Ministério sob o comando de Ana de Hollanda, foi marcado pelo declínio de investimentos e projetos, aproximando a pasta mais do mercado do que dos movimentos sociais ligados com a cultura.

As questões ligadas aos direitos autorais, especialmente na cultura digital, também foram elementos fortes de discussão, principalmente entre os artistas, que não viram com bons olhos a alteração das licenças autorais propostas por Ana de Hollanda e sua equipe (retirada do

selo *Criative Commons*), flexibilizando o acesso as obras artísticas.

No entanto, nesse período de gestão Ana de Hollanda foi sistematizada a elaboração das metas do Plano Nacional de Cultura (PNC), segundo descreve Calebre (2015):

> "O Plano havia sido aprovado através da Lei nº 12.343, de 12 de dezembro de 2010, e que previa no Artigo 12, parágrafo 2, que tais metas deveriam estar publicadas em até 180 dias da entrada em vigência da lei. O mesmo se sucede com o projeto das praças de esporte e cultura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que começaram a ser negociadas entre o presidente Lula e o ministro Juca Ferreira e tiveram seus projetos efetivamente lançados na gestão da ministra Ana." (CALEBRE, 215, p. 8).

Ao final de 2012, após alterações de lideranças e representantes em secretarias ligadas à pasta da cultura, Ana de Hollanda foi substituída por Marta Suplicy e houve descontinuidade de projetos culturais voltados para a participação social e popular na construção do processo identitário cultural brasileiro Calebre (2015).

Mesmo assim, alguns projetos foram encaminhados e aprovados em sua gestão, conforme enumera Calebre org. (2015):

> "A experiência e a capacidade de articulação política na área legislativa foi determinante para que a ministra conseguisse a aprovação de alguns dos projetos no campo da cultura que ainda estavam pendentes no Congresso Nacional, como o do Sistema Nacional de Cultura (que ela conduziu para a aprovação ainda como senadora, mas já indicada para o Ministério); o Vale-Cultura; a Lei Cultura Viva (da qual ficou faltando a regulação); algumas reformulações na chamada Lei do ECAD, instituindo a fiscalização e novas formas de gestão dos direitos; a lei que estabelece os princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, que ficou conhecida como o Marco Civil da Internet; e a PEC da Música. Alguns desses projetos e leis elaborados pelo Ministério estavam pendentes de aprovação há mais de dois anos". (CALEBRE, 2015, p. 10)

É importante citar que algumas demandas sociais foram abarcadas pela gestão de Marta Suplicy nesse período como a existência de editais voltados aos grupos afrodescendentes e produções na região Norte do país, e a aproximação da pasta da Cultura com a educação, especialmente com a implementação do projeto Mais Educação em parceria com o Mais Cultura nas Escolas, com aprovação e viabilização direta pelo MEC.

O início do segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff foi marcado pelo retorno do Ministro Juca Ferreira. O mandato foi atribulado, com eventos sucessivos que viriam, com o processo de *impeachment* do presente governo Dilma Rousseff. Juca Ferreira, buscou reativar e implementar algumas políticas culturais, como o Vale Cultura e a Lei Cultura Viva, Rocha (2018).

Após assumir a presidência da República, Michel Temer anunciou a extinção do

Ministério da Cultura, tendo mais tarde, cedido às pressões da classe artística e retomado o ministério logo a seguir. Portanto, já de início é possível perceber que a pasta da Cultura já não teria *status* de prioridade nesse governo de Temer, especialmente pelos cortes orçamentários pelas quais ela sofreu durante esse período. Assim como descreve Barbalho (2018):

> "Desse modo, não há de se falar em políticas culturais efetivas ao longo deste período, mas de resistências e lutas contra a destituição da agenda cultural do país e da destruição do MinC a partir da imposição de uma dura agenda neoliberal, não eleita, implantada por este governo. Prova disso é a instabilidade política do Ministério, ocasionando na indicação de 3 ministros diferentes em menos de dois anos de governo em resposta às pressões exercidas pela sociedade civil e representantes do setor cultural." (BARBALHO, 2018, p. 239 - 260)

Após o término do governo Michel Temer, o processo eleitoral se deu em 2018 com a eleição de um governo que determinou o fim do Ministério da Cultura, reduzindo a pasta para uma secretaria e, a partir daí ocorreram sucessivas ações de combate as manifestações culturais no país.

O Governo de Jair Messias Bolsonaro (2018 – 2022) estabeleceu ao longo de próximos 4 anos uma relação de profunda animosidade e desconsideração pelas produções artísticas brasileiras, assim como descreve Moreira (2021):

> No dia 1º de janeiro de 2019, dia da posse do presidente Jair Bolsonaro, foi publicada no Diário Oficial da União uma medida provisória que impactaria diretamente artistas, produtores culturais e pesquisadores da área da cultura do país. A MP instituiu a extinção do Ministério da Cultura, o seu rebaixamento de status à Secretaria Especial de Cultura, vinculada, primeiramente, ao Ministério da Cidadania e, posteriormente, ao Ministério do Turismo. (MOREIRA, 2021, p. 270)

O despreparo das discussões em relação aos temas pertinentes à cultura e aos representantes que foram designados para ocuparem cargos de gerência na secretaria da cultura foi marcada por uma série de equívocos influenciados por uma extensa lista de vieses ideológicos neoliberais conservadores. Esse movimento liderado por uma frente conservadora de extrema direita começou, na realidade, antes mesmo das eleições de 2018.

Apenas para exemplificar Freitas, (2021) cita um momento em que a cultura foi cerceada, ainda no período pré-eleição:

> "[...] em 2017 aconteceu o cancelamento de uma exposição sobre diversidade no Espaço Santander Cultural, localizado na cidade de Porto Alegre. Essa exibição contava com obras de Cândido Portinari, Alfredo Volpi e de mais de 85 artistas. Segundo o Santander, o cancelamento da exposição deu-se após manifestações do movimento de direita denominado Movimento Brasil Livre (MBL) (G1, 2019). Esse evento marca o início de um movimento de caráter extremamente conservador, de cunho ideológico e que tem como alvo não só as questões de cultura, mas também as

> de caráter educacional e religioso. (FREITAS, 2021, p. 7).

Os nomes que estiveram à frente da secretaria da cultura trouxeram, ao longo de todo esse período, um atraso nas discussões relacionadas a pasta, especialmente no sentido de não proporcionar discussões que estivessem voltadas para a diversidade cultural brasileira, pelo contrário, ocorreu um cerceamento da expressão cultural brasileira, até então vivenciada, nos períodos ditatoriais. Essa situação se agravou, ainda mais, com o advento da Pandemia COVID-19.

A classe artística nesse período encontrou dificuldades, as apresentações públicas foram inviabilizadas e esse intervalo se estendeu até 2022. Os representantes que ocuparam a pasta da secretaria da Cultura nesse período foram 6 pessoas, conforme lista Moreira (2021):

> Henrique Pires, que saiu após acusar o governo de tentativa de censura a um edital ligado à temática LGBTQIA+; José Paulo Martins; Ricardo Braga, titular por apenas dois meses; Roberto Alvim, afastado depois de fazer um discurso inspirado em Joseph Goebbels, o ministro alemão da propaganda nazista; Regina Duarte, afastada depois de interromper uma entrevista ao vivo para o canal CNN Brasil, após minimizar a ditadura militar no Brasil; o ator Mário Frias e, finalizando com Hélio Ferraz, que ocupou o cargo até o término do governo por 9 meses. (MOREIRA, 2021, p. 270).

Em relação às Políticas Públicas na área da Cultura é importante ressaltar que a Lei *Rouanet* continuou sendo a principal forma de fomento à Cultura nesse período, sendo inclusive, alvo de diversos equívocos que associavam a lei como uma forma de oportunismo pelo qual os artistas se beneficiavam sem o devido merecimento e comprovação de gastos, no entanto, a permanência da Lei *Rouanet* nesse período sofreu uma redução no valor de investimento para cada projeto que foi submetido para análise.

Devido ao período marcado pela Pandemia que se estabeleceu em março do ano de 2020, a classe artística se manteve, minimamente, com a instituição da Lei Emergencial Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo, conforme descreve Moreira (2021):

> A Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, conhecida como Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural, que previu o pagamento de auxílio a artistas, produtores, técnicos e espaços culturais, que se viram impedidos de exercerem seus trabalhos em decorrência dos confinamentos. No dia 5 de julho de 2022, o Congresso Nacional derrubou os vetos presidenciais à Lei Paulo Gustavo, que prevê o repasse de R$3,8 bilhões para ações emergenciais para o setor cultural em todo o país. Pela proposta, os recursos virão do superávit financeiro do Fundo Nacional de Cultura (FNC), recurso público investido diretamente via editais para projetos específicos. (MOREIRA, 2021, p.35)

Após o período de turbulências pelos quais o país e o mundo foram submetidos, em

2022 ocorreu novo processo eleitoral para a presidência e, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito para assumir seu 3º mandato como Presidente do Brasil (2023 – 2026). Novos rumos foram dados para a pasta da cultura, especialmente, a volta do Ministério que, até 2024 se apresenta sob representação da cantora Margareth Menezes.

Os investimentos relacionados ao orçamento da Lei *Rouanet* aumentaram e a adesão dos estados à Lei Paulo Gustavo, com investimentos previstos de R$ 3,8 bilhão de reais já denotam que a volta das discussões relacionadas com a pasta da Cultura retorna para um patamar de destaque, até então já foi distribuído R$1 bilhão para 11 estados e 600 municípios, segundo o site agenciabrasil.ebc.com.br, o nome da lei é uma homenagem ao ator Paulo Gustavo, nascido em Niterói e falecido em maio de 2021 (em decorrência de complicações da COVID – 19), como reconhecimento pela sua contribuição à arte brasileira.

Diante do contexto apresentado em relação às políticas públicas aplicadas para a área da cultura no Brasil é possível observar que historicamente, o apoio à cultura e todos os elementos que reforçam suas raízes identitárias obtiveram em diferentes momentos uma prioridade maior. Dentro do contexto neoliberal proposto pelo governo federal, na década de 1990, esse apoio a cultura esteve vinculado ao interesse político de estímulo ao investimento em cultura por intermédio da iniciativa privada (devido à política de incentivo para abertura do mercado interno para o mercado externo). A partir dos anos 2000, com a alternância de gerência federal, novas políticas públicas de incentivo à cultura estiveram mais voltadas para a busca do resgate das matrizes culturais brasileiras. Esse resgate se apresentou comprometido, como demonstra o histórico apresentado, ao longo do tempo. Atualmente, essa responsabilidade em reconquistar e restaurar a proximidade dos indivíduos com suas origens culturais foi reafirmada pela gerência do governo federal atual.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e fez uso de levantamento de referencial teórico e conceitual e de dados para analisar a realidade do papel e dinâmica do poder público em Goiás com relação aos investimentos em cultura para posterior problematização sobre a relação entre desenvolvimento e cultura em Goiás.

A pesquisa qualitativa exigiu levantamento histórico, conceitual e teórico de discussões acerca do desenvolvimento, cultura e políticas públicas. Os principais autores para discutir desenvolvimento foram Amaro (2014), Furtado (1983), Sen (2000), Ferreira (2017), Arent

(1979), dentre outros.

Para abordar o tema cultura, foram utilizados trabalhos dos autores Barbalho (2018), Botelho (2001), Calebre (2014), Rubim (2007), Sachs (2005), dentre outros.

No que diz respeito ao papel do estado como incentivador da cultura, através de políticas públicas, foram elencados autores Rubim (2009), Sarkovas (2005), Moreira (2021), Calebre (2015), Freire (2012), Barbalho (2018), dentre outros; para expor a trajetória das instituições e instrumentos políticos para investimento em cultura no país.

Para analisar de que maneira o estado, através de políticas públicas atua ou não para fomentar a cultura em Goiás foram realizadas coletas de dados em instituições do poder público de Goiás. A coleta de dados foi realizada a partir dos editais de financiamento disponibilizados pelo Fundo de Arte e Cultura de Goiás (FAC) em um período definido.

A metodologia adotada para a análise dos dados dos editais dedicados à Cultura no estado de Goiás no período de 2016 a 2023 foi exploratória, visando os investimentos dedicados à cultura durante esse intervalo. Foi realizada também uma análise da importância dos investimentos em Cultura a partir do estado e apresentada uma breve trajetória histórica destes esforços no país para permitir problematizar sobre a não linearidade destes esforços na trajetória histórica do país.

A análise de dados exploratórios foi utilizada como uma forma de estabelecer uma investigação e de buscar respostas para questionamentos. Esse tipo de análise identifica e intenciona compreender dados que precisam ser explorados.

Segundo Gil (2002) uma pesquisa exploratória é um tipo de pesquisa que proporciona uma proximidade com o questionamento principal que pretende ser discutido para que, a partir daí ele possa ser investigado a partir de hipóteses iniciais.

Para Malhotra (2001, p.106), a pesquisa exploratória "é um tipo de pesquisa que tem como principal objetivo o fornecimento de critérios sobre a situação problema enfrentada pelo pesquisador e sua compreensão".

A análise exploratória de dados foi conduzida por meio de Figuras, como histogramas de frequência para apoiar a constatação da distribuição dos investimentos por categorias. A distribuição dos investimentos por modalidade artística foi apresentada por meio de Figuras de barras, e utilizadas medidas estatísticas descritivas para avaliar a dispersão e centralidade dos investimentos por edital.

A comparação temporal foi feita para destacar possíveis variações significativas ao longo dos anos e, para a construção dos Figuras foram utilizados os programas de estatística BioEstat (Figuras iniciais de distribuição dos editais por ano e as porcentagens referentes a esse

quantitativo em relação ao número total de editais no intervalo proposto), bem como os Figuras de referência da distribuição dos editais para projetos culturais FAC-GO/2026-2023, mostrando a disposição relativa das modalidades artísticas no intervalo proposto.

O programa estatístico PowerBI (Microsoft) foi utilizado para a análise referente aos investimentos realizados entre 2016 e 2023, a partir dele foi apresentado a distribuição dos investimentos por ano, a distribuição dos investimentos por modalidade e a distribuição dos investimentos por área geográfica. Para as análises georreferenciadas foram utilizados os mapas disponibilizados pela base de dados do estado de Goiás (AGEHAB – Agência Goiana de Habitação).

Foi possível após reunir e organizar a apresentação dos dados realizar a análise dos dados dos editais em cultura no estado de Goiás no período de 2016 a 2023, permitindo a busca de uma compreensão abrangente das dinâmicas de investimento, distribuição por modalidade artística e impacto regional. A seguir, foram delineadas as etapas principais da análise, destacando as abordagens e ferramentas que serão empregadas.

Coleta de Dados:

- Fonte dos Dados: Os dados foram coletados a partir dos editais de financiamento disponibilizados pelo Fundo de Arte e Cultura de Goiás (FAC) no período especificado.
- Variáveis Coletadas: As variáveis coletadas incluíram o ano do edital, a modalidade artística contemplada, o montante de investimento por edital e a cidade contemplada pelo edital.

Organização e Estruturação dos Dados:

- Base de Dados: Os dados coletados foram organizados em uma base de dados estruturada, utilizando ferramentas como planilhas eletrônicas do Excel.
- Padronização dos dados: foi realizada uma etapa de padronização e limpeza dos dados para corrigir possíveis inconsistências e assegurar a confiabilidade das análises subsequentes.

Análise Exploratória de Dados (AED):

- Visualização Gráfica: A AED foi conduzida por meio de figuras, como histogramas e figuras de setores, para explorar a distribuição dos investimentos ao longo dos anos, identificando possíveis padrões ou tendências.
- Mapas Geofiguras: A análise incluiu a criação de mapas geofiguras para ilustrar a

distribuição dos investimentos por cidade, proporcionando uma visualização espacial do impacto regional.

Análise Detalhada por Modalidade Artística:

- Figuras de setores (figura circular): A distribuição dos investimentos por modalidade artística foi apresentada por meio de figuras circulares, permitindo a fácil identificação das áreas culturais mais contempladas e seu percentual em relação ao total.

Avaliação do Investimento por Edital:

- Comparação Temporal: figuras de barra foram empregados para comparar a evolução do investimento ao longo dos anos, destacando possíveis variações significativas.

Considerações Regionais:

- Análise por Região: A análise regional foi conduzida considerando a cidade contemplada por edital. Foi explorada a variação dos investimentos em diferentes regiões do estado.

Relatório Final:

- Apresentação Gráfica: Os resultados finais foram apresentados por meio de relatórios visuais, incluindo figuras, tabelas e mapas, facilitando a interpretação e comunicação dos achados da pesquisa.

Ao seguir a metodologia proposta, foi possível proporcionar uma análise abrangente e informativa dos investimentos em cultura em Goiás, promovendo percepções relevantes para o aprimoramento das políticas culturais e o estímulo ao desenvolvimento regional.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CULTURA EM GOIÁS

Goiás é um estado brasileiro situado na região Centro-Oeste do país. O estado em questão possui 246 municípios e, pouco mais de 7 milhões de habitantes, e em sua região metropolitana possui 1,5 milhões de habitantes.

Como todo estado brasileiro, Goiás é regido pela Constituição Federal de 1988 que,

como já apresentado anteriormente dedica especial atenção para estimular os direitos sociais básicos para a cidadania, dentre eles o direito ao acesso à Cultura.

No estado de Goiás há investimentos diversos em Cultura, sejam de natureza federal, estadual e municipal. Conforme, destacado anteriormente, o trabalho se dedica a conhecer os investimentos estaduais em Cultura.

A partir dos anos 2000, em Goiás, se passou a discutir e vivenciar a definição do termo cultura, dentro de conceitos abordados em dimensões de concepções antropológicas e sociológicas, nas políticas públicas voltadas para a representatividade identitária goianiense, conforme Botelho (2001).

A realidade no estado de Goiás em relação as políticas públicas voltadas para a cultura não diferem muito do padrão estabelecido ao longo dos anos no país em relação aos incentivos para a área. Os maiores recursos advêm do financiamento proveniente das leis de incentivo fiscal, a Lei Rouanet, principal instrumento desde os anos 1990, ano em que foi criada. Segundo nota divulgada pelo Ministério da Cultura, a demanda por financiamento de projetos culturais em 2023, por meio da Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) foi muito superior aos anos anteriores, atingindo 10.676 propostas admitidas, de um total de 12.265 recebidas. O valor captado e renunciado pelo Governo Federal, até 19 de dezembro de 2023, foi de R$ 1,271.375.779,96. Já a projeção, considerando todo o exercício fiscal, é de R$ 2,5 bilhões.

Analisando historicamente as gestões anteriores aos anos 2000, é possível perceber uma certa ausência de dedicação e atenção para o setor da cultura em Goiás. Os governos peemedebistas marcados pelos gestores Iris Resende Machado e Maguito Vilela centralizaram suas ações políticas nos programas sociais e pouco contribuíram para investimentos voltados para cultura, apenas algumas reformas de espaços públicos como o Centro Cultural Martim Cererê, por exemplo. Com a intenção de modernizar o estado de Goiás, Marconi Perillo assumiu em 1999 a gerência do estado e prometeu uma política voltada para avanços significativos para a cultura goiana.

Atualmente, segundo dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), o Governo de Goiás em 2023 liberou R$ 40 milhões do Programa Goyazes. Esse foi o maior valor na história da iniciativa e colocou Goiás em primeiro lugar no ranking de investimentos em cultura por meio de renúncia fiscal no Brasil, superando proporcionalmente estados como Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, conforme aponta análise recente do Conselho Estadual de Cultura, Silva (2003).

No entanto, algumas propostas de investimento surgiram ao longo dos anos, a própria

Lei Goyazes (semelhante à Lei Rouanet na obtenção de recursos), seguida pelo Fundo de Arte e Cultura (FAC) que se mostrou como uma tentativa de descentralização de recursos financiados de natureza privada e, que surgiu como objetivo principal a intenção de viabilizar recursos para as regiões mais periféricas do estado, democratizando assim o acesso à cultura para todos.

Em Goiás as atenções para a pasta da Cultura só foram voltadas efetivamente em meados dos anos 1990 e sistematizadas de fato, a partir dos anos 2000.

Inicialmente, as discussões voltadas para o setor cultural estiveram vinculadas com a Secretaria da Educação (no início dos anos 1990), após se transformar em Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira (1992) se estabeleceu de maneira mais concreta, em 1999, com a criação da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (AGEPEL).

A partir desse período os apontamentos de incentivo à cultura no estado passaram a ter registros mais contundentes em relação as produções artísticas regionais. Esse período foi marcado pela gerência, do então governador Marconi Perillo e, a pasta relacionada aos assuntos culturais, sob supervisão de Nars Fayad Chaul (professor aposentado da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), (Chaul, 2005).

O historiador esteve à frente da AGEPEL, no início dos anos 2000, e permaneceu por oito anos na gestão, dentre suas contribuições para a cultura é importante citar as conquistas relacionadas com a criação dos Centro Culturais de Catalão e do Oscar Niemeyer (em Goiânia), o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), realizado na cidade Goiás (tombada como Patrimônio Histórico da Humanidade, pela UNESCO, também em sua gestão), Bienal do Livro, Canto da Primavera em Pirenópolis, Mostra de Teatro Nacional de Porangatu (TeNpo) e Lei Goyazes.

Hoje, Chaul é integrante da Academia Goiana de Letras, vinculada a Academia Brasileira de Letras, pelos feitos realizados pela cultura em Goiás como gestor, escritor e compositor.

As políticas públicas voltadas para a representatividade identitária goianiense, a partir dos anos 2000, passou a discutir e vivenciar a definição do termo cultura, dentro de conceitos abordados em dimensões de concepções antropológicas e sociológicas, teoria essa amplamente discutida por Botelho (2001):

> "Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. [...] Dito de outra forma, a cultura é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando." (BOTELHO, 2001, p. 73 – 83)

Nessa perspectiva, a valorização e incentivo através das Políticas Públicas de investimento cultural são importantes na ampliação e difusão e continuidade desses registros históricos e artísticos de uma região, justamente porque pode viabilizar de maneira mais abrangente o processo de criação, disseminação e apreciação de todas as formas de modalidades artísticas que demonstram a cultura local. Em relação a essa perspectiva, Botelho (2001), explicitou a importância da dimensão sociológica da cultura:

> "Por sua vez, a dimensão sociológica não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado: é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. Para que essa intenção se realize, ela depende de um conjunto de fatores que propiciem ao indivíduo condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende de canais que lhe permitam expressá-los" (BOTELHO, 2001, p.74)

A AGEPEL se firmou em Goiás como um veículo de mediação do Estado com o propósito de atender as demandas culturais do povo goiano e promover o desenvolvimento regional dentro desse aspecto, e, ao mesmo tempo garantiu minimamente que esse desenvolvimento estivesse atrelado a projetos que representaram de forma genuína a cultura goiana com todas as suas especificidades, segundo descreve o documento disponível pelo site da AGEPEL em 2008:

> "A política voltada para o setor cultural centrou-se em dois princípios básicos. Na preservação e manutenção do patrimônio histórico físico e no resgate das manifestações artísticas, festas e tradições populares e ainda na busca das diferentes culturas que se entrelaçam e compõem a identidade cultural do povo goiano" (AGEPEL, 2008).

Analisando sob a ótica das Políticas Públicas fomentadas, de maneira mais sistematizada, a partir da gerência de Nars Chaul as temáticas de projetos submetidos à análise de aprovação, por intermédio dos editais, apontaram essa tendência de abordar essas perspectivas propostas por essas dimensões que definem o termo cultura: antropológica e sociológica.

A Lei Goyazes (Lei 13.613/2000) é um exemplo de programa de incentivo à cultura do estado de Goiás, criado pela gestão Marconi Perillo e até hoje se faz presente como um mecanismo que concede benefícios fiscais para empresas contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que patrocinarem projetos culturais previamente aprovados pela lei, sua regulamentação só ocorreu em 2001 pelo decreto no 5.362/01 de 21 de

fevereiro. Em setembro do mesmo ano, houve uma organização da estrutura interna da AGEPEL para receber os primeiros projetos culturais. A primeira aprovação aconteceu somente em fevereiro de 2002 e a primeira captação em junho do mesmo ano, conforme citado por Batista (2010):

> Apesar de prever outras quatro modalidades de incentivo, Apoio Cultural, Crédito Cultural, Participação do estado e Benefícios Fiscais, a que vigorou foi a modalidade Mecenato, mais comumente utilizada pelos artistas e produtores, que conjeturou o patrocínio e investimento das empresas privadas em troca de benefícios fiscais e marketing cultural (BATISTA, 2010, p.49).

A Lei Goyazes atendeu as expectativas das produções artísticas em parte, uma vez que o processo de isenção fiscal não atendia as empresas de pequeno porte e em virtude da dinâmica de comunicação entre produtores artísticos e empresas não ter sido exitosa, conforme relata Batista (2010):

> "[...] a Lei Goyazes perdeu sua credibilidade no meio artístico devido a falhas em sua estrutura e às dificuldades em sua execução, pela burocracia imposta aos empresários e aos artistas, dificuldade de captação, falta de informação do empresariado e falta de preparo dos artistas e produtores, como vimos. Além disso, existe o fato de a Secretaria da Fazenda não cumprir o teto financeiro previsto anualmente para ela, estabelecendo subtetos menores, diminuindo o orçamento, consequentemente restringindo a capacidade de recepção de mais propostas e posterior aprovação e execução de projetos culturais." (BATISTA, 2010, p. 53).

Em 2009 foi organizado um grupo para analisar possíveis mudanças na Lei Goyazes e ela foi reformulada com uma nova proposta de isenção de impostos para as empresas que submetessem ao patrocínio dos projetos e, segundo informação atualizada em novembro de 2023, pelo site SECULT hoje, quando a empresa escolher um projeto para financiar, ela deve enviar ofício à Secretaria de Estado de Economia, anexando o primeiro ofício enviado à SECULT, e definindo a alíquota de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) que deseja que seja abatido. O abatimento pode ser de até 100% do valor total do projeto. Após resposta positiva da Secretaria Estadual de Economia, empresa e proponente do projeto artístico-cultural escolhido dá início aos trâmites para execução da iniciativa, que será acompanhada pela equipe do Programa Goyazes. As propostas contam com prazo para realização de até um ano (365 dias) e a devida prestação de contas deve ser enviada à SECULT Goiás até 30 dias após a sua execução.

Como é possível observar a Lei Goyazes está vinculada à visão de prover cultura por intermédio de recursos privados, se assemelha, portanto, aos moldes de funcionamento da Lei

federal *Rouanet* de incentivo fiscal para investimento em cultura. Com relação a este modo de financiamento, seria interessante um estudo sobre o alcance desses investimentos em relação aos locais onde ocorrem a realização desses projetos, bem como uma verificação de distribuição desses recursos e a relação do patrocínio privado com o marketing associado ao projeto financiado. No entanto, o presente trabalho pretende analisar não a Lei Goyazes de financiamento cultural, mas sim o Fundo de Arte e Cultura de Goiás (FAC).

O Fundo de Arte e Cultura de Goiás foi criado, em 2006, como possibilidade de discussão sobre uma maior democratização cultural e de minimização dessa problemática de acesso à cultura regional, portanto, a visão era garantir recursos de natureza mais estatal e menos privado, principalmente devido acesso restrito aos projetos por parte da população de maneira geral, como aponta (Freire, 2012):

> "O objetivo de se estabelecer uma rede sustentável de financiamento cultural a partir da iniciativa privada se mostrou cada vez mais problemático, ao passo em que as renúncias fiscais se tornaram cada vez maiores, o que resultou num baixo investimento por parte das empresas, além da concentração das decisões na iniciativa privada acerca dos projetos a serem aprovados, bem como sua localização" (FREIRE, 2012, p. 35).

A principal intenção da FAC era fortalecer o vínculo e produção artística regional com as visões antropológica e sociológica, citadas anteriormente neste trabalho por Botelho (2001) e, consequentemente distanciar essas produções do chamado mercado de consumo e bens culturais, valorizados incansavelmente pelo *marketing* cultural.

O Fundo de Arte e Cultura de Goiás (FAC) foi instituído pela Lei 15.533/2006 e regulamentado em 2012 pelo Decreto 7.610 e, tal como cita SILVA (2019), a lei está vinculada ao projeto de reestruturação das políticas culturais brasileiras:

> "[...] o Fundo de Cultura de Goiás (FACG) preconizava a criação de instrumento de financiamento capaz de dar vazão às manifestações culturais em suas diversas formas, linguagens e vertentes no Estado de Goiás. Tais objetivos vieram vinculadas ao processo de reestruturação das políticas culturais brasileiras durante as gestões Gil/Jucá e estavam subsidiadas, assim como a própria criação do FACG, à criação do Plano Estadual de Cultura de Goiás, documento redigido a partir de um termo de parceria entre a Secult-Go, MinC e UFSC, como resultado das discussões realizadas nas Conferências Estaduais de Cultura realizadas em 2009 e 2012 e dos Fóruns Goianos de Cultura realizados nos mesmos anos."

O Fundo de Arte e Cultura de Goiás é caracterizado por sua autonomia administrativa e financeira e seu orçamento é composto dos recursos líquidos do Estado de Goiás, provenientes das receitas do Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte e de Comunicação (ICMS), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA),

Imposto sobre Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos (ITCD), Imposto de Renda Retido na Fonte - deduzidas as transferências constitucionais a municípios (IRRF) e as de formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais em Educação (FUNDEB).

Desde sua criação a lei já investiu mais de R$ 118 milhões na economia goiana por meio do financiamento de projetos culturais, segundo dados fornecidos pelo site oficial da SECULT, e é um dos principais mecanismos de fomento e difusão da produção cultural regional, devido ao seu alcance maior nas regiões mais periféricas do estado. A FAC lança editais de seleção anuais e conforme descreve o site:

> "[...] o Fundo Cultural possibilita que artistas, grupos e coletivos, produtores culturais e prefeituras recebam recursos diretamente do Governo do Estado para realizarem projetos, nas mais diversas linguagens artísticas e áreas culturais, além de investir em novos artistas, jovens e estudantes goianos das variadas formações artísticas (http://fundoculturalgoias.educacao.go.gov.br)."

Os proponentes podem inscrever seus projetos, via plataforma *online*, e eles serão analisados pelo Conselho Estadual de Cultura, a prioridade para a seleção está relacionada com a relevância social do projeto, nesse sentido a intenção é possibilitar a democratização na produção e de acesso ao que foi produzido, por recursos públicos.

O financiamento público é dividido em projetos que estejam vinculados com o patrimônio cultural (histórico e artístico), os projetos de ação (produção e difusão cultural e artística) e programas e projetos vinculados à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte e a seleção é realizada em duas etapas por equipes diferentes em cada uma dessas etapas. Para tanto são reunidos pareceristas com notório saber na área e a descentralização obedece a critérios de prioridades, estabelecidos pela FAC, com uma cota de preferência maior para projetos inscritos para serem executados em regiões com menor contingente de habitantes residentes.

Para cada edital, a modalidade artística pode estar vinculada com um ou até três módulos, que serão avaliados por comissões, previamente selecionadas para atuarem em etapas diferentes no processo de escolha dos projetos comtemplados, projetos esses submetidos a outras comissões diferentes que farão uma revisão até a aprovação definitiva.

O presente trabalho pretende analisar as principais temáticas e modalidades artísticas dos projetos aprovados pelo Fundo de Arte e Cultura de Goiás (FAC), os valores destinados para cada um desses projetos, bem como as cidades contempladas por eles, para a partir da análise dos dados verificar a tendência de investimentos e assim propor uma discussão sob o

ponto de vista do desenvolvimento relacionado com o ponto de vista do aspecto cultural.

Dentre os eventos de destaque dos editais aprovados em cultura pelo Fundo de Arte e Cultura de Goiás (FAC), alguns serão destacados neste trabalho, como uma forma de apresentar como a aplicabilidade de recursos de incentivo à cultura representa, sobretudo, o acesso da população goiana a representações e vivências culturais, via investimento estatal.

Alguns exemplos de projetos financiados pelo poder público em Goiás podem ser visualizados a seguir.

FOTO 1) PIRI JAZZ FESTIVAL:

O Piri Jazz foi criado para divulgar a música instrumental na região Centro-Oeste e se consolidar como referência musical em uma cidade que já é pólo de turismo e gastronomia. O projeto possui produção local do Instituto Pireneus. Patrocínio do Programa Estadual de Incentivo à Cultura (Lei Goyazes) e do Fundo de Arte e Cultura (FAC).



Foto 1. Fonte: site FAC (https://fundoculturalgoias.educacao.go.gov.br/projetos-financiados)

FOTO 2) A PARTE DE DOIS:

O espetáculo parte de uma pesquisa e montagem em dança, o projeto “Pas D@ Deu(X)”

foi contemplado pelo Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás – FAC 2016, no edital de fomento a juventude, e a ideia do espetáculo é a criação de intervenções coreográficas que reflitam acerca das posições convencionais do homem e da mulher em algumas danças sociais e acadêmicas.



Foto 2. Fonte: site FAC (https://fundoculturalgoias.educacao.go.gov.br/projetos-financiados)

FOTO 3) O FESTIVAL DOÇURAS DE GOIÁS:

É um resgate a memória da principal personalidade da cidade de Goiás, Cora Coralina, poetisa e, antes de se tornar uma ilustre artista, se dedicou por anos à arte de produzir doces típicos. O evento teve a participação de renomados chefs de cozinha nacionais e representou uma iniciativa de reafirmar a importância da tradição goiana em doces aliada com o modo de produção atual.

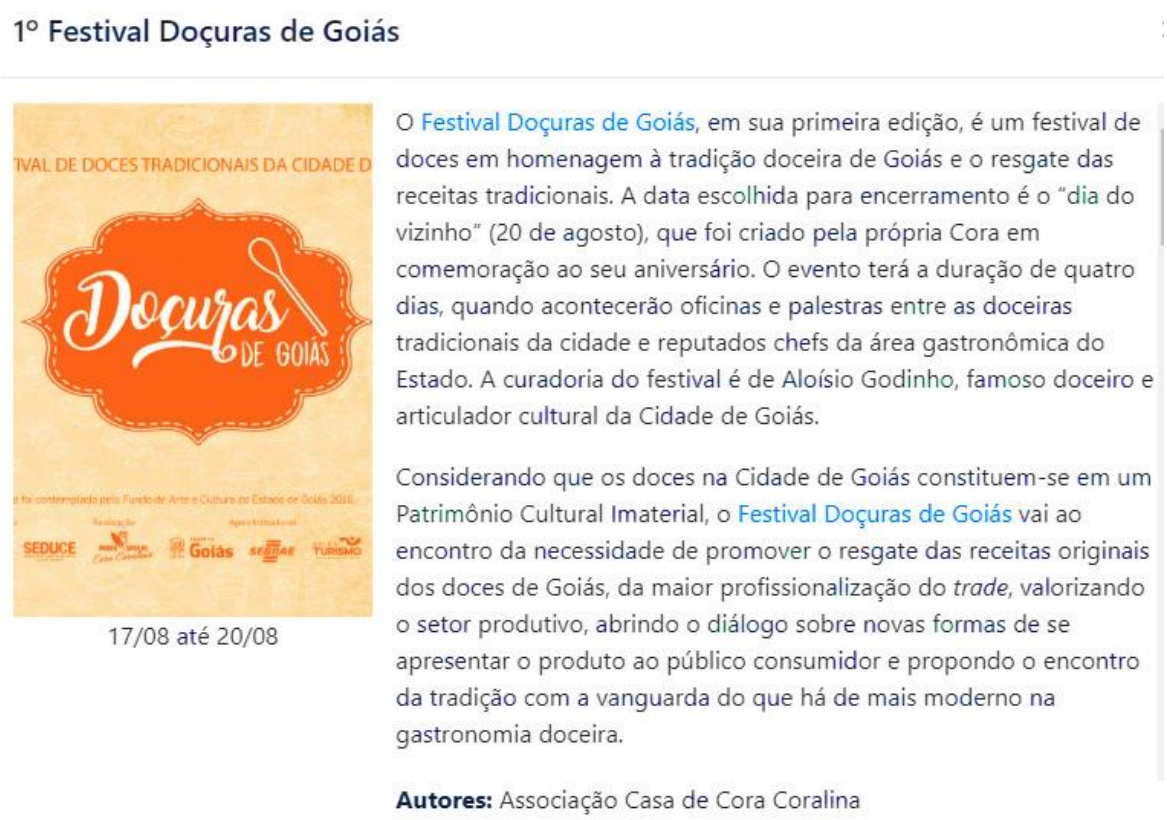


Foto 3. Fonte: site FAC (https://fundoculturalgoias.educacao.go.gov.br/projetos-financiados)

FOTO 4) GRUPO DE TEATRO ZABRISKIE:

É um grupo de resistência do teatro goianiense, sua origem foi marcada no ano de 1993 e a partir daí o teatro Zabriskie foi palco de inúmeros espetáculos teatrais. Atualmente, a sede do teatro se encontra no setor Pedro Ludovico e é um espaço de arte, pesquisa, formação e processos criativos. A peça Amor, I love you conta com os personagens Juca Mole e Ana Banana e sua temática é um resgate ao afeto e a busca pelo amor entre as pessoas. Amor, I love you integra o projeto Grupo Zabriskie Teatro 25 anos, premiado pelo Fundo de Arte e Cultura de Goiás 2016.



Foto 4. Fonte: site FAC (https://fundoculturalgoias.educacao.go.gov.br/projetos-financiados)

FOTO 5) O ESPETÁCULO SOLO DE MILTON AIRES:

Envolve, principalmente duas linguagens corporais: a dança contemporânea e o teatro. No palco, um único homem: Milton Aires, ator, bailarino e produtor paraense radicado em Goiás há quatro anos. No espetáculo Milton dança a representação de suas memórias e se apresenta como uma forte experiência sensorial.



Foto 5. Fonte: site FAC (https://fundoculturalgoias.educacao.go.gov.br/projetos-financiados)

FOTO 6) O PROJETO PROSA SONORA:

Desde 2015 essa série musical tem como pilar a ampliação do acesso às manifestações regionais da música brasileira. Seu principal objetivo é aproximar o público da essência da cultura popular tão diversa em um país com dimensões continentais como o Brasil. Na Prosa, tradicional e contemporâneo se unem em uma atmosfera única que apresenta a riqueza da tão conhecida, porém nem tão a fundo, música popular brasileira.

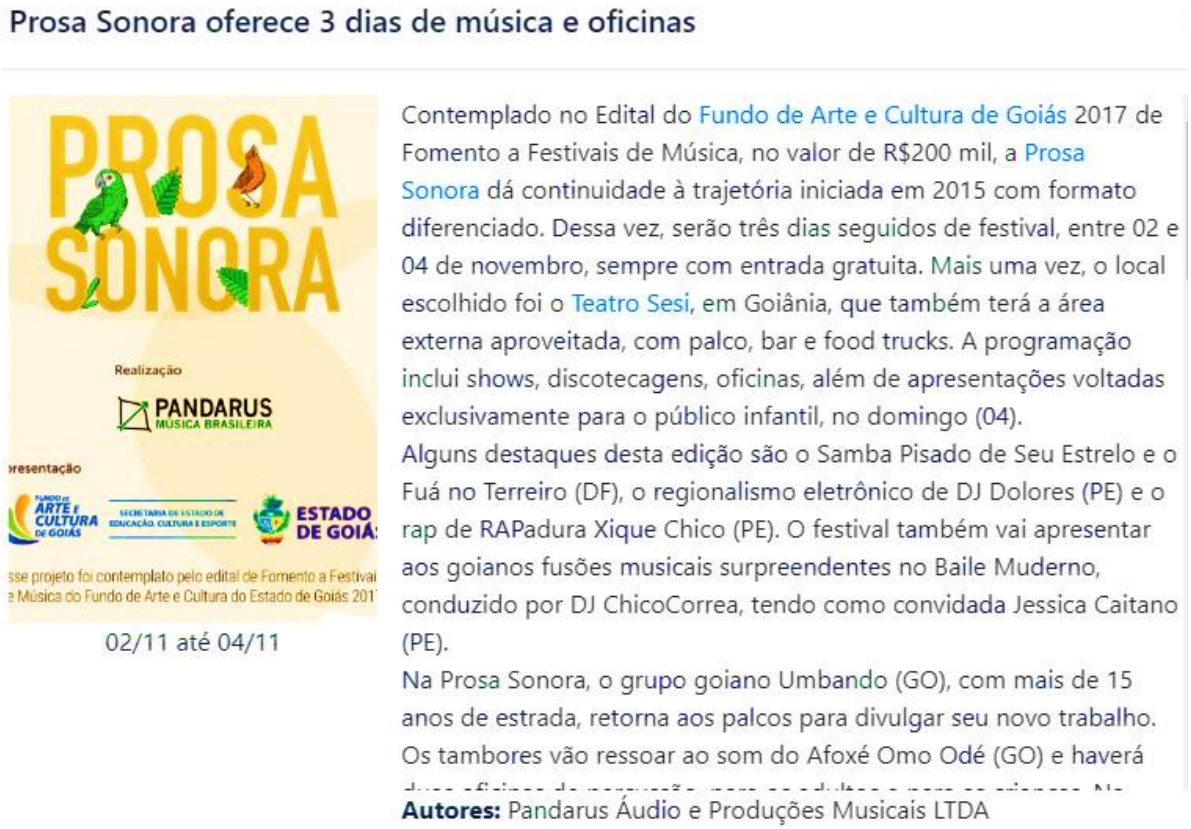


Foto 6. Fonte: site FAC (https://fundoculturalgoias.educacao.go.gov.br/projetos-financiados)

FOTO 7) O PIRENÓPOLISDOC:

Já está atualmente em sua 5ª edição, no entanto a imagem a seguir se trata da edição do ano de 2018. O PirenópolisDoc – Festival de Cinema Documentário, apelidado carinhosamente de PiriDoc, nasceu em 2015, motivado pelo desejo de sua criadora e diretora artística, Fabiana Assis, de movimentar em Goiás um pólo para a difusão e reflexão acerca do cinema documentário produzido no Brasil, em Goiás e no mundo. O festival oferece a exibição gratuita de filmes em mostras competitivas nacional e goiana, além de cursos e debates de formação na área.



Foto 7. Fonte: site FAC (https://fundoculturalgoias.educacao.go.gov.br/projetos-financiados.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados dos editais disponibilizados pelo site do Fundo de Arte e Cultura de Goiás, possibilitou a análise de tendência do investimento público em cultura no período delimitado pelo presente trabalho. A partir das imagens a seguir será possível visualizar a distribuição anual dos recursos públicos para os editais FAC (Fundo de Arte e Cultura de Goiás), bem como outras análises relacionadas com a distribuição regional dos investimentos e modalidades artísticas que apresentaram maiores incentivos financeiros para a realização de seus respectivos projetos aprovados nos editais propostos entre 2016 e 2023.

O levantamento de dados dos editais aprovados pela FAC foi realizado de acordo com as tabelas apresentadas e disponíveis para consulta pelo site do Fundo de Arte e Cultura de Goiás.

As tabelas dos editais aprovados são apresentadas de acordo com o ano de submissão do edital e de acordo as modalidades dos projetos (as modalidades determinam qual a representação artística do projeto e estas se apresentam de maneiras diferentes a cada ano,

surgindo, inclusive, modalidades novas a cada ano). As informações apontam, também, a respeito de cada projeto aprovado, o valor destinado a cada um (esse valor é pré-estabelecido pelo edital), bem como as cidades que serão contempladas por projeto aprovado pelo edital em questão.

No ano de 2016 foram submetidos projetos ligados às seguintes modalidades artísticas: artes visuais, dança, restauro, artes integradas, audiovisual, demandas culturais, patrimônio cultural, artes nas escolas, circo, dinamização de espaços culturais e música.

No ano de 2017 as modalidades contempladas pelos editais aprovados foram artes visuais, bolsas de formação em artes, dança, hip hop, museu (arquivos e bibliotecas), artesanato, circo, demandas culturais, fomento de festivais de cinema, fomento a juventude, música, fomento aos territórios goianos, fomento as artes nas escolas, fomento a cultura popular, dinamização de espaços culturais, fomento a festivais de música, fomento aos novos artistas e teatro.

No ano de 2018 os projetos selecionados estão voltados para as seguintes modalidades artísticas: artes, artes nas escolas, formação em artes, fomento a cultura popular tradicional, demandas culturais, artes visuais, artesanato goiano, audiovisual, circo, dinamização dos espaços culturais, estímulo a primeiras obras, festivais de cinema, festivais de música, cultura hip hop, intercâmbio de teatro (festival de Avignon), fomento a juventude, literatura, museus (arquivos e bibliotecas), música, teatro e fomento aos territórios goianos.

Em 2019 e 2020 não ocorreu a abertura de editais devido à pandemia da Covid 19.

No ano de 2021 os editais aprovados foram desenvolvidos no formato online e divididos em duas categorias: Programação online de espaços culturais (CATEGORIA 1) e Eventos e festivais culturais online (CATEGORIA 2).

Os editais do ano de 2022 sofreram atrasos no processo de aprovação e, por isso somente em dezembro os resultados finais foram divulgados, portanto os editais do referido ano foram, efetivamente, realizados no ano subsequente, em 2023.

Em 2023 as modalidades artísticas contempladas foram: ações formativas, artesanato, artes visuais, audiovisual, circo, cultura digital e jogos, dança, festivais e eventos, hip hop, literatura, meu primeiro edital, museus (arquivos e biblioteca), música, patrimônio material e imaterial, ponto de cultura e teatro.

Os projetos aprovados, suas temáticas e os investimentos disponibilizados para a realização dos projetos serão apresentados e discutidos a seguir.

- Análise dos editais

De acordo com os dados disponibilizados pelo site oficial do Fundo de Arte e Cultura de Goiás (FAC), os editais e projetos aprovados (Quadro 1), destacando o recorte temporal proposto pelo trabalho são:

Quadro 1. Distribuição geral dos Editais FAC-GO/2016-2013, com o número de projetos por modalidade e número de projetos aprovados.

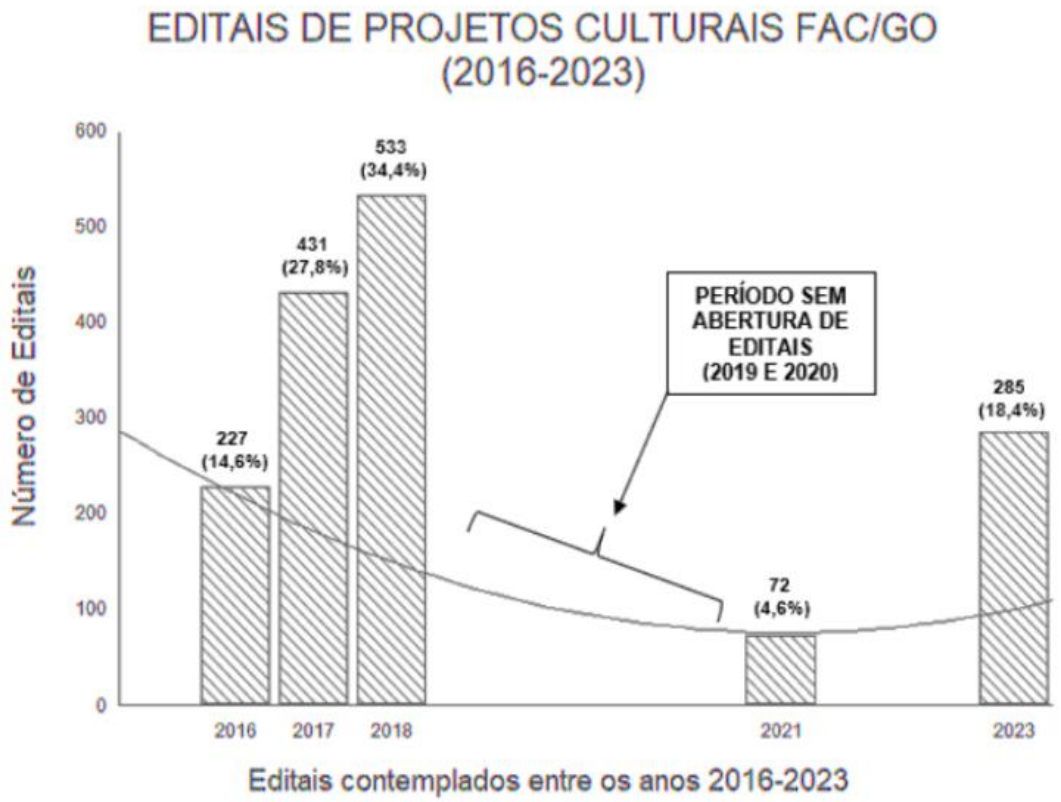
ANO DO EDITAL	EDITAIS (MODALIDADES)	PROJETOS APROVADOS
2016	11	227
2017	18	431
2018	21	533
2019	0	0
2020	0	0
2021	1	72
2022	0	0
2023	16	285
TOTAL DE EDITAIS 2016 - 2023	**67 EDITAIS**	**1548 PROJETOS**

Fonte: Dados oficiais fornecidos pelo site FAC (2016 – 2023)

Os resultados relacionados com as análises dos editais aprovados pelo Fundo de Arte e Cultura de Goiás (FAC) no período de 2016 a 2023, apontam uma variação, ao longo desse tempo, regular, entre os anos, de 2016 até 2018, no número de editais aprovados.

No entanto, apresentam grande variação de editais entre os anos 2019 a 2022, voltando ao padrão estabelecido pelo período anterior (2016 – 2018) com os editais aprovados no ano de 2023, conforme demonstra a (Figura 1).

Figura 1. Distribuição dos editais para projetos culturais FAC-GO/2016-2023, mostrando as flutuações anuais na abertura dos editais.



Os editais submetidos ao FAC entre os três primeiros anos de análise apresentam uma curva ascendente de aprovações, sofrendo uma queda nos anos subsequentes (2019 e 2020). No ano de 2021 a curva volta a se apresentar promissora, atingindo um patamar mais alto no ano de 2023.

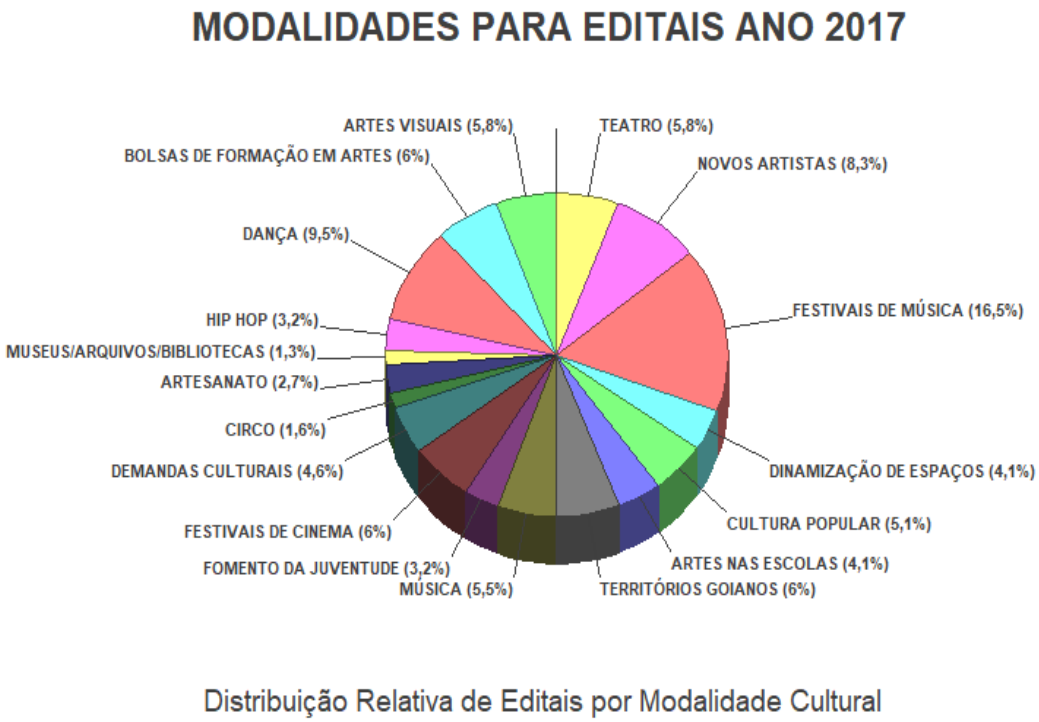
Os editais são distribuídos por modalidades artísticas e apresentam uma distribuição relativa constante nos três primeiros anos do recorte temporal analisado no trabalho (2016 a 2018), conforme demonstrado nos Figuras abaixo (Figuras 2, 3 e 4).

Figura 2. Distribuição dos editais para projetos culturais FAC-GO/2016-2023, mostrando a disposição relativa das modalidades artísticas no ano de 2016.



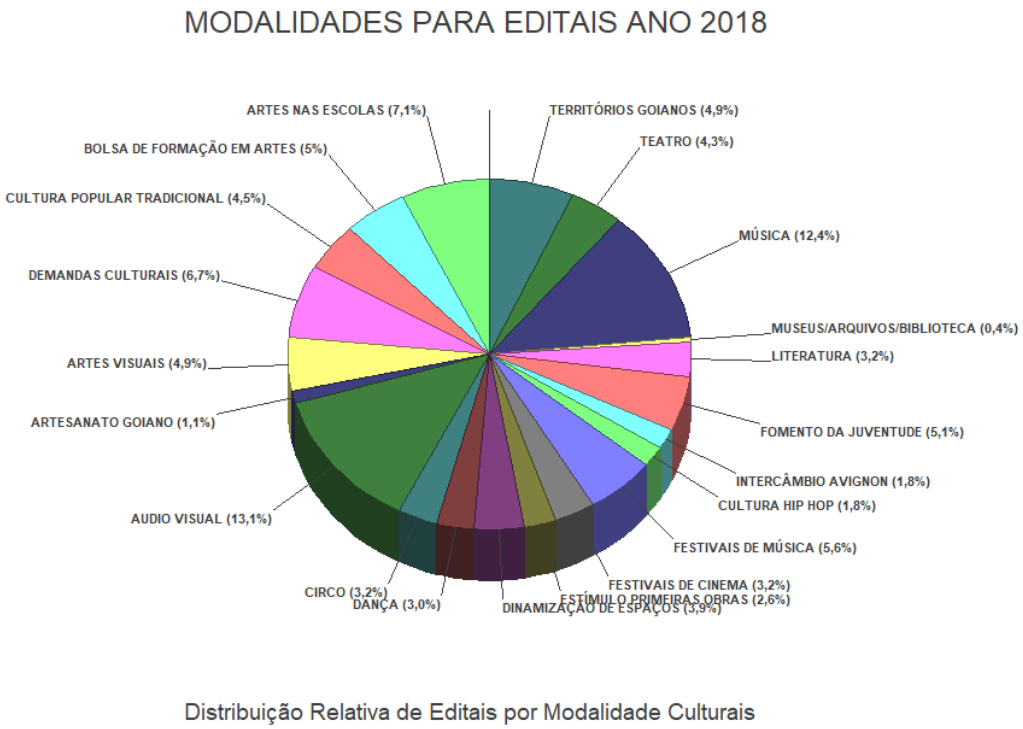
É possível verificar através da análise dos Figuras apresentados acima que, algumas modalidades se destacaram com uma representação maior em relação ao número de editais aprovados. Em 2016 as representações artísticas que tiveram maior destaque foram artes visuais (23,7%), artes integradas (15,4%), música (11,1%) e artes nas escolas (10,1%).

Figura 3. Distribuição dos editais para projetos culturais FAC-GO/2016-2023, mostrando a disposição relativa das modalidades artísticas no ano de 2017.



As modalidades de maior destaque em 2017 foram festivais de música (16,5%), dança (9,5%), novos artistas (8,3%) e bolsas de formação em artes (6%). Os editais nas outras modalidades apresentaram uma relativa equiparidade de visibilidade.

Figura 4. Distribuição dos editais para projetos culturais FAC-GO/2016-2023, mostrando a disposição relativa das modalidades artísticas no ano de 2018.

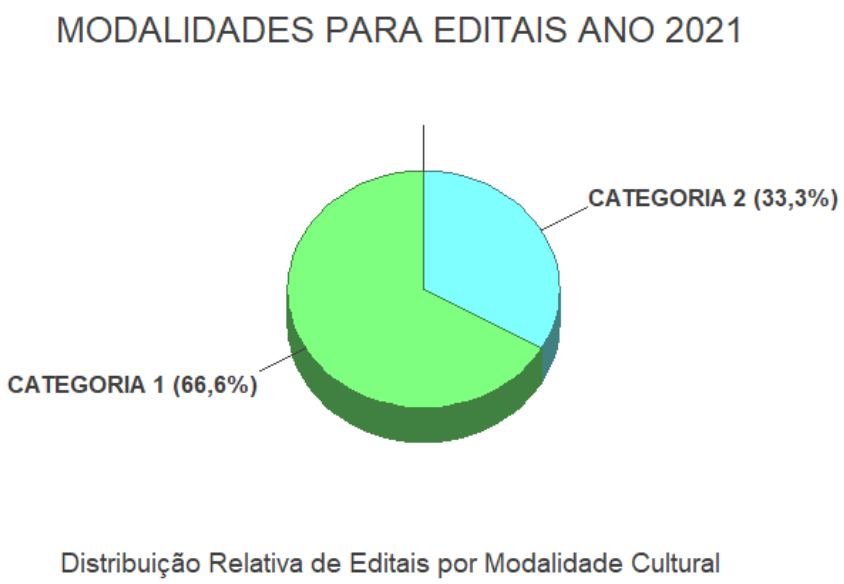


Em 2018 as modalidades com maiores ênfases foram nos setores do audiovisual (13,1%) e música (12,4%), as outras modalidades apresentaram uma regularidade nas suas disponibilizações.

Os anos de 2019 e 2020 não apresentaram editais aprovados, uma vez que não ocorreu o processo de seleção nesse período.

A seleção de editais pelo FAC retorna no ano de 2021 em um número reduzido e no formato online, conforme demonstra o Figura a seguir (Figura 5). Em 2021, os editais foram disponibilizados em, apenas, duas categorias que foram realizadas no formato online e apresentou um destaque maior para categoria 1 (programação online em espaços culturais), uma vez que nessa categoria foram abarcadas diversas modalidades artísticas ao mesmo tempo.

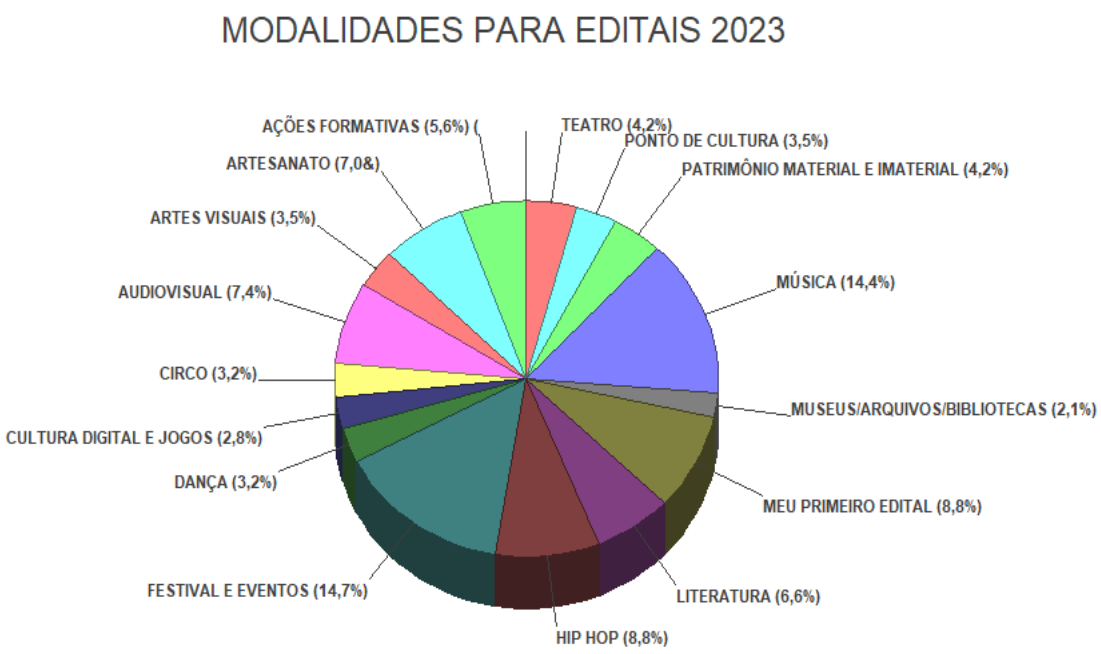
Figura 5. Distribuição dos editais para projetos culturais FAC-GO/2016-2023, mostrando a disposição relativa das modalidades artísticas no ano de 2021.



No ano de 2021, os editais foram condensados em duas categorias, sendo a categoria 1 descrita como: Programação o*nline* em Espaços Culturais (agrupando diversas linguagens: artesanato, artes visuais, audiovisual, circo, cultura hip hop, cultura popular, culturas originárias, dança, gastronomia, letras, música, patrimônio e teatro) e categoria 2 descrita como: Apoio a Eventos e Festivais Online Culturais no Estado de Goiás (publicidade e a transmissão das atividades *online*, tais como: equipamentos de áudio e vídeo; equipamento de luz; computador; pacotes de internet, dentre outros motivados para a transmissão e manutenção básica do espaço – luz, água, telefone, dentre outros custos).

No ano de 2022 as inscrições do processo de seleção dos editais do Fundo de Arte e Cultura de Goiás ocorreram até o mês de outubro e os resultados finais dos editais contemplados foram divulgados, somente, no mês de dezembro, por isso todos os editais que foram aprovados em 2022 tiveram suas ações efetivadas no ano subsequente, em 2023, conforme demonstra o Figura a seguir (Figura 6).

Figura 6. Distribuição dos editais para projetos culturais FAC-GO/2016-2023, mostrando a disposição relativa das modalidades artísticas no ano de 2023.



Os editais de 2022 foram transferidos para 2023 e apresentaram os seguintes destaques em suas aprovações: festivais e eventos (14,7%), música (14,4%), meu primeiro edital (8,8%) e fomento ao hip hop (8,8%). As demais modalidades apresentam uma evidência menor em relação as supracitadas.

É relevante levar em consideração que esses editais de 2023 representam o retorno das atividades presencias, pós-período de pandemia, por isso provavelmente os destaques para essas modalidades artísticas que são ligadas diretamente com a presença de público, ressaltando também o destaque da modalidade (meu primeiro edital) que representa um incentivo maior aos artísticas que se mantiveram sem recursos no período entre os anos de 2020 e 2021 (período marcado pela pandemia).

Após a apresentação dos dados referentes aos editais, entre 2016 – 2023, é possível

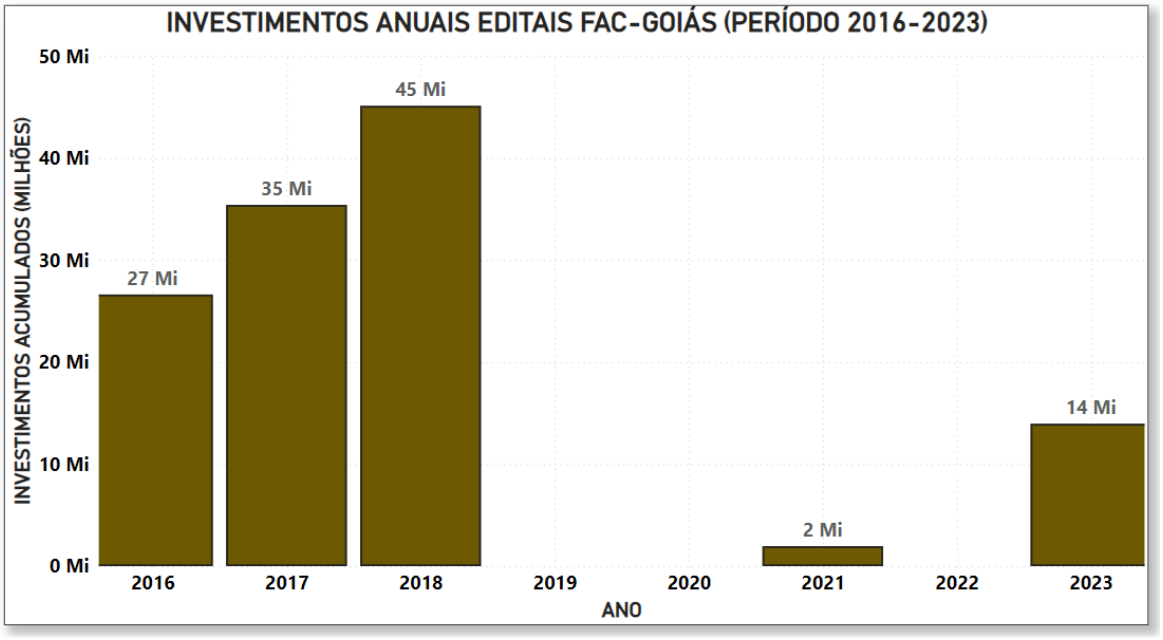
observar que nos dois primeiros anos ocorreu um número elevado de projetos aprovados, 2017 apresentou o dobro de projetos aprovados em relação ao ano anterior. Em 2018 esse número apresentou uma ascensão menor, no entanto ainda elevada. Esse número de projetos apresenta uma curva descendente entre 2019 e 2022, se recuperando, apenas em 2023, apresentando um número bem inferior de projetos aprovados que o ano de maior índice, no caso 2018. As modalidades artísticas de destaque apresentam uma melhor distribuição relativa de editais com o passar dos anos.

- Análise dos investimentos

Os resultados relacionados com as análises dos editais aprovados pelo Fundo de Arte e Cultura de Goiás (FAC) no período de 2016 a 2023, apontam uma variação, ao longo desse tempo, regular, entre os anos, de 2016 até 2018, no percentual de investimentos realizados nesse recorte temporal em questão.

No entanto, apresentam grande variação de investimentos entre os anos 2019 a 2022, voltando ao padrão estabelecido pelo período anterior (2016 – 2018) com os editais aprovados no ano de 2023, conforme demonstra o Figura 7 abaixo.

Figura 7. Distribuição de investimentos na cultura, através de editais FAC-Goiás, entre os períodos de 2016-2023 (os dados de 2019, 2020 e 2022 compreendem, respectivamente, os 2 anos de pandemia de COVID-19 e o período em que os editais selecionados só foram implementados no próximo ano). Fonte: autor.



Segundo os dados disponibilizados pelos editais aprovados pela FAC (https://fundodearte.cultura.go.gov.br/) o investimento total apresentado entre o recorte temporal, de 2016 a 2023, apresenta um somatório de R$ 123 milhões de reais. Esse investimento foi distribuído pelos 1548 editais aprovados ao longo desse período.

Conforme se pode observar a Figura 7 apresenta um crescimento investimento em editais entre os anos de 2016 até 2018, onde a cada ano o investimento seguiu em curva ascendente, chegando a quase o dobro de investimento em editais do ano de 2016 e 2018.

O ano de 2016 apresentou um total de R$ 27 milhões de reais em investimentos em projetos, o que correspondeu a 22% do total de investimentos acumulados (em milhões de reais) ao longo desses 8 anos.

O ano de 2017 apresentou um total de R$ 35 milhões de reais em investimentos em projetos, o que correspondeu a 28% do total de investimentos acumulados (em milhões de reais) ao longo desses 8 anos.

O ano de 2018 apresenta um total de R$ 45 milhões de reais em investimentos em projetos, o que correspondeu a 36% do total de investimentos acumulados (em milhões de reais) ao longo desses 8 anos.

Devido à pandemia de COVID -19 os editais em cultura estiveram suspensos como medida de prevenção de combate à contaminação, uma vez que eventos culturais pressupõem grande aglomeração de pessoas e, por isso os dados apresentam uma ausência de dados nesse período.

Em 2021, embora a pandemia ainda estivesse presente, editais no formato *online* foram aprovados e foi designado a eles um total de R$ 2 milhões de reais, correspondendo a 2% do total de investimentos acumulados (em milhões de reais).

O ano de 2022 apresentou uma particularidade relacionada ao lançamento de editais, já que os mesmos foram abertos no mês de outubro daquele ano, no entanto os resultados foram divulgados, somente em dezembro. Portanto, a realização efetiva desses projetos aprovados em 2022 se deu, apenas, em 2023.

O ano de 2023 marcou o retorno significativo nos projetos culturais aprovados pela FAC (Fundo de Arte e Cultura de Goiás), devido ao fim decretado da pandemia de COVID – 19 e este ano apresentou um total de R$ 14 milhões de reais em investimentos em projetos, o que correspondeu a 12% do total de investimentos acumulados (em milhões de reais) ao longo desses 8 anos.

Através dos dados disponibilizados pelos editais culturais da FAC aprovados nesse

período de 2016 a 2023 foi possível traçar um perfil das regiões que foram mais ou menos contempladas em relação aos investimentos de incentivo à cultura ao longo desse período (2016 – 2023).

A seguir, no mapa 1 (base de dados disponibilizados pela AGEHAB) destaca as regiões de planejamento estratégico do estado de Goiás: Norte, Nordeste, Centro, Oeste, Noroeste, Sul, Sudeste, Sudoeste, Região Metropolitana, Ride (região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Lei Complementar – Constituição Federal nº 94, de 19 de fevereiro de 1998), incluindo o Distrito Federal.

Esse mapa foi incluído no trabalho como uma forma de evidenciar as regiões de Goiás e tornar mais clara a visualização (por região) dos investimentos nos projetos culturais aprovados, incluindo Brasília, que foi acrescentado no mapa de referência de investimentos, devido ao percentual significativo de projetos culturais aprovados pela FAC nas proximidades da capital do país.

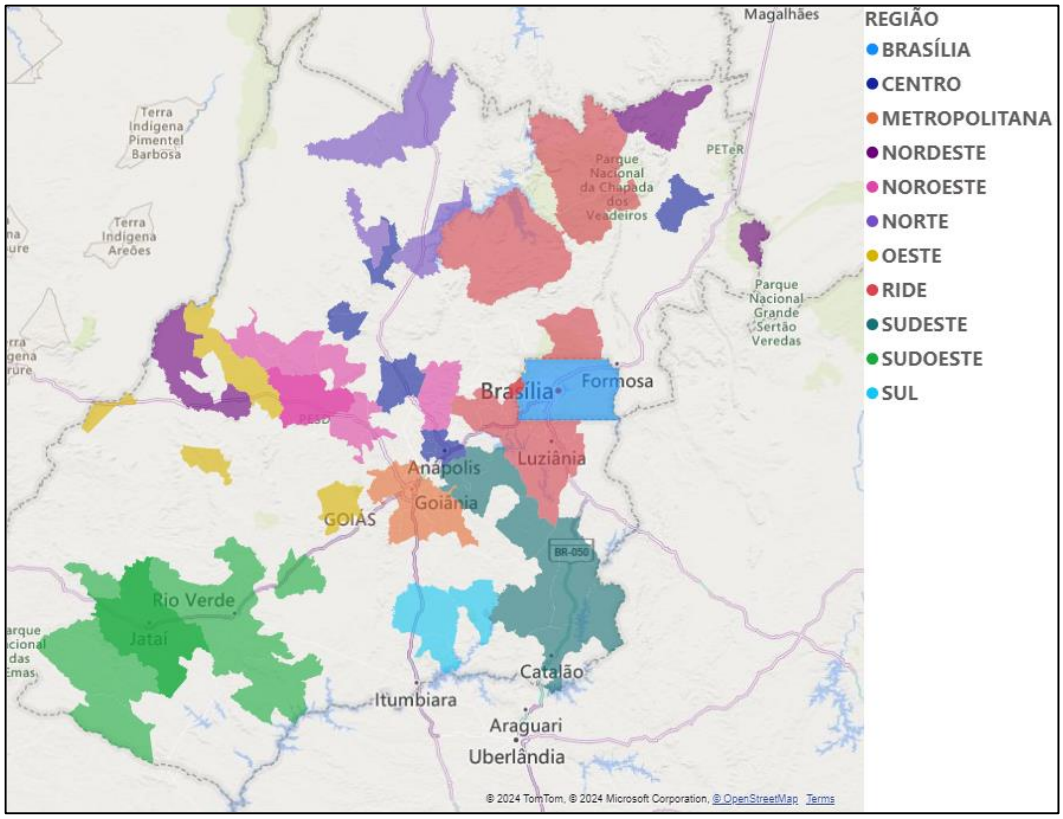
MAPA 1. Mapa dos estados de Goiás, destacando as regiões de planejamento do estado (com base nos dados da AGEHAB) Fonte: AGEHAB-GO.



O estado de Goiás possui um total de 246 municípios e o mapa a seguir (mapa 2) evidencia os municípios que foram contemplados com projetos aprovados em cultura pela FAC nesse recorte temporal proposto (2016-2023).

O mapa apresenta o total de 66 municípios (destacados por cores) que foram escolhidos pela seleção dos editais e tiveram seus projetos desenvolvidos a partir dos investimentos disponibilizados. Os locais contemplados representam 27% do total de municípios que correspondem ao estado de Goiás, incluindo Brasília.

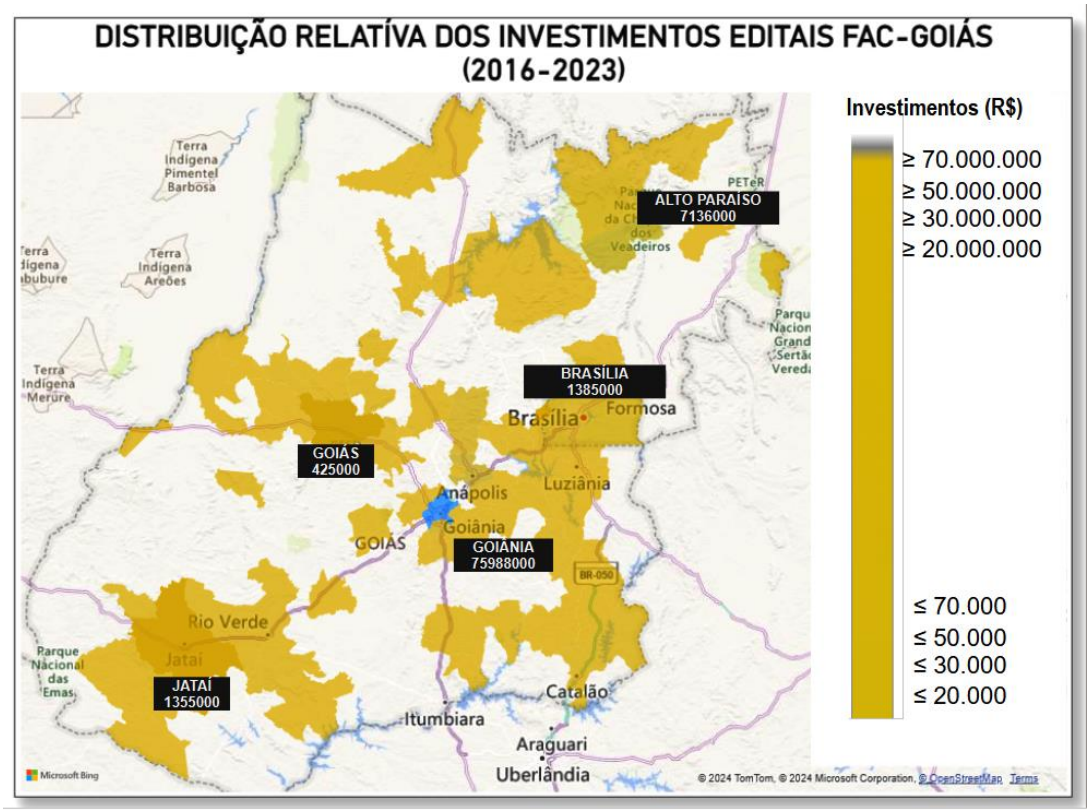
MAPA 2. Mapa dos estados de Goiás, destacando as regiões de planejamento do estado (com base nos dados da AGEHAB), regiões contempladas com editais de FAC de fomento à cultura, no período entre os anos de 2016-2023. Fonte: autor.



É possível observar que 5 regiões apresentaram destaque em relação aos investimentos em projetos culturais, via FAC, nesse período evidenciado pelo trabalho (2016 – 2023).

O mapa a seguir expressa essas regiões e o valor do investimento disponibilizado para cada uma delas nesse recorte temporal. O gradiente de cor representa o valor relativo (em reais) nas demais regiões do estado de Goiás (mapa 3).

MAPA 3. Mapa dos estados de Goiás, destacando os municípios contemplados com editais de FAC de fomento à cultura, no período entre os anos de 2016-2023. O gradiente de cor representa o investimento relativo (em R$). Fonte: autor.



A Figura a seguir apresenta a distribuição dos investimentos (em reais) nos projetos culturais por região de planejamento do estado de Goiás e seus respectivos percentuais em relação ao valor total de investimentos ao longo desse período destacado no trabalho (2016 – 2023).

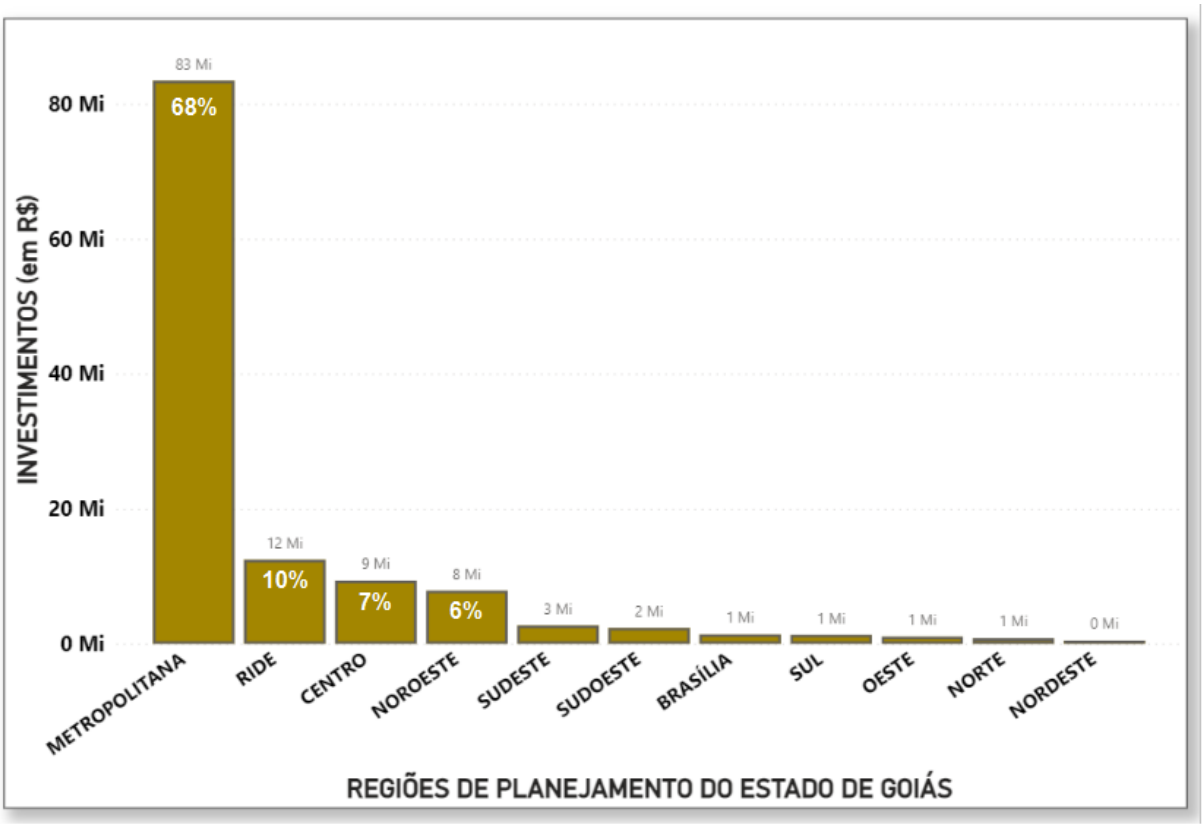
É possível observar que o investimento maciço em projetos culturais nesse período, via FAC, está concentrado de forma acentuada na região metropolitana (município de Goiânia e regiões do entorno), com um percentual alto de investimento de 68% do total investido nesse período em projetos culturais (R$83 milhões de reais).

O percentual segue com destaque para as regiões RIDE (entorno de Brasília) com total de R$ 12 milhões de investimento em reais (10% do investimento total para o período) e, a seguir estão as regiões que representam o centro do estado de Goiás (7% do investimento que corresponde a R$ 9 milhões de reais) e o noroeste do estado (6% do investimento que corresponde a R$ 8 milhões de reais).

As demais regiões apresentam um percentual bem menor em relação aos investimentos em cultura: sudeste (R$ 3 milhões de reais), Brasília e regiões (sul, oeste e norte do estado

foram contempladas com o valor bem abaixo relacionando com as regiões de destaque em investimentos (R$ 1 milhão de reais) e a região Nordeste do estado não foi contemplada com investimentos relacionados a projetos culturais, via FAC, apresentados pelo recorte temporal destacado pelo trabalho (2016 – 2023). As informações descritas acima estão representadas no Figura a seguir (Figura 8).

FIGURA 8. Distribuição de investimentos relativos por região de planejamento estratégico do estado de Goiás (AGEHAB), através de editais FAC-Goiás, entre os período de 2016-2023 . Fonte: autor.

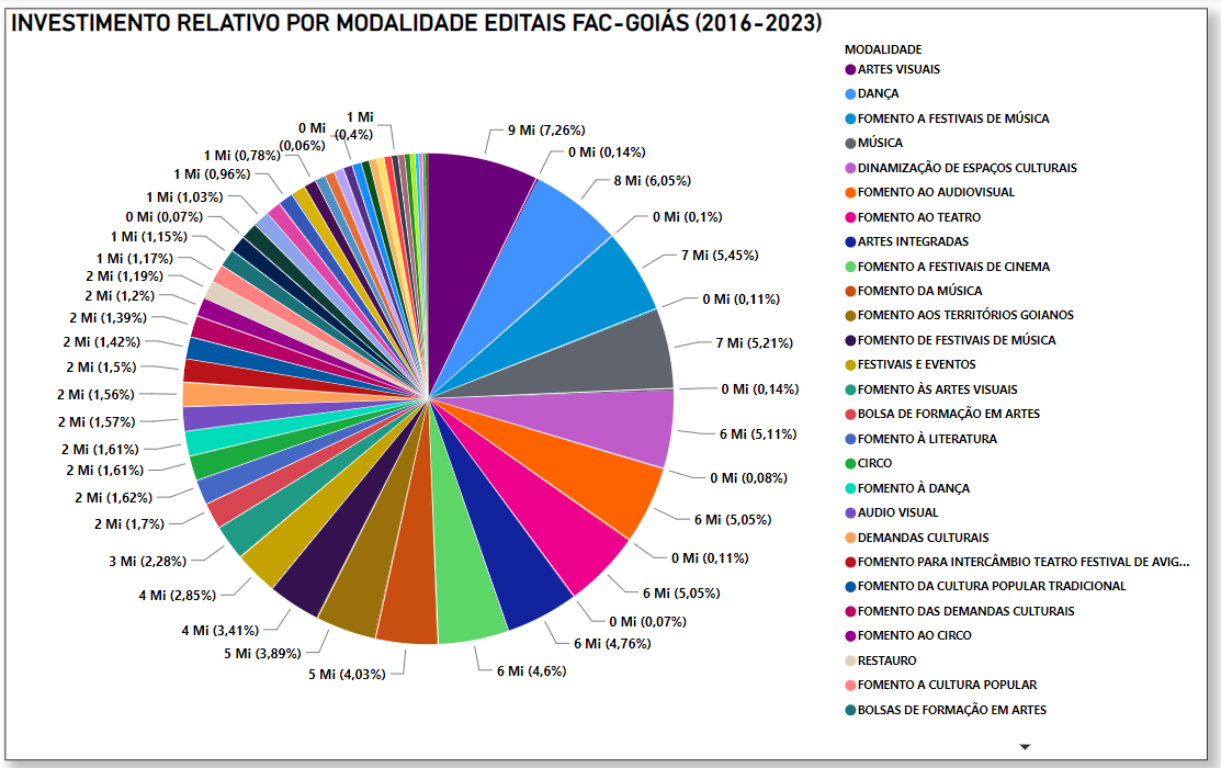


Sob o ponto de vista de análise das modalidades artísticas que obtiveram a aprovação de projetos voltados para a cultura ao longo desse período (2016 – 2023) foi possível traçar um perfil geral desses investimentos por modalidade e, também, observar quais modalidades receberam um aporte maior e/ou menor de incentivos financeiros ao longo desse período e em quais regiões correspondentes.

As Figuras a seguir demonstram os investimentos em modalidades artísticas de forma ampla com os valores investidos e o percentual relativo por modalidade entre os anos de 2016 e 2023. É possível perceber analisando a Figura 9 que as modalidades que apresentaram maiores valores investidos foram artes visuais (R$ 9 milhões de reais – 7,26%), dança (R$ 8

milhões de reais – 6,05%) e festivais de música (R$ 7 milhões de reais – 5,45%), todos com referência ao período de 2016 a 2023. As modalidades que obtiveram menos investimento são restauro, fomento a cultura popular e bolsas de formação em artes (essas 3 modalidades juntas somam um valor referente a menos de 3% de investimento ao longo desse período.

FIGURA 9. Investimentos relativos em diferentes modalidades culturais, através de editais FAC-Goiás, entre os períodos de 2016- 2023. Fonte: autor.

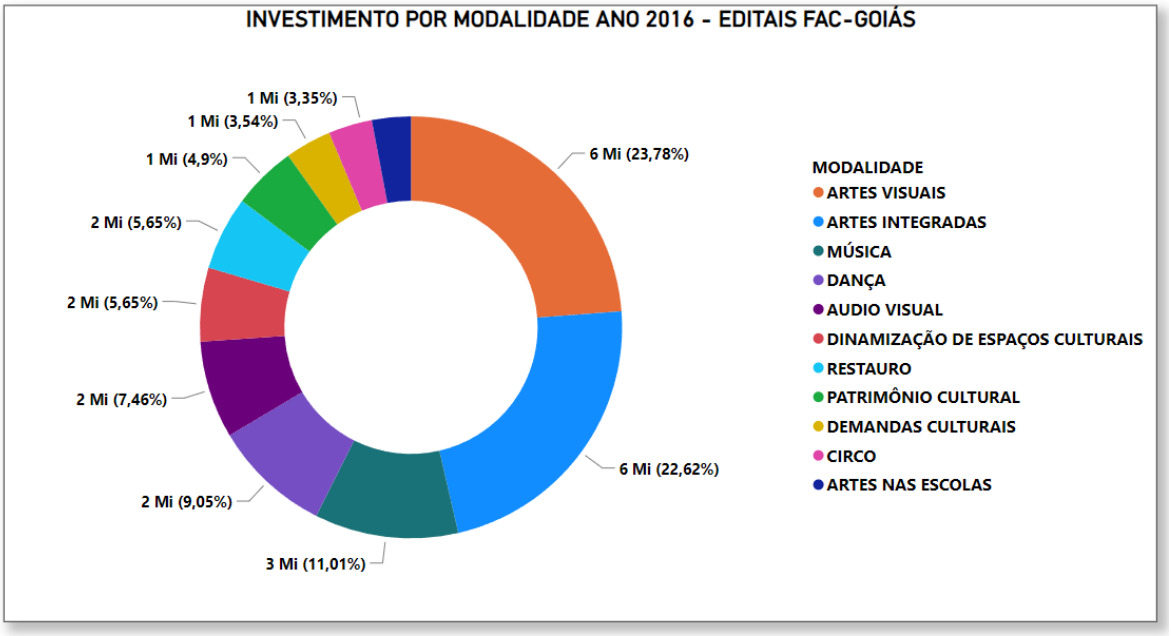


Na sequência serão apresentados de maneira mais específica as modalidades que obtiveram maior investimento e esses editais estarão discriminados por ano de submissão do projeto. O Figura 10 a seguir se refere aos investimentos do ano de 2016 (investimento total em 2016) com valores e percentuais relativos ao total investido no ano em destaque.

As modalidades de artes visuais (R$ 6 milhões – 23,78% do investimento anual), artes integradas (R$ 6 milhões – 22,62 % do investimento anual) e música (R$ 3 milhões11,01% do investimento anual) se apresentaram como os maiores investimentos do ano de 2016.

As modalidades de artes nas escolas (R$ 1 milhão – 3,01% do investimento anual), circo (R$ 1 milhões – 3,35% do investimento anual) e demandas culturais (R$ 1 milhões – 3,54% do investimento anual) se apresentaram como os menores investimentos do ano de 2016.

FIGURA 10. Investimentos em diferentes modalidades culturais, através de editais FAC-Goiás, no ano de 2016 (destacando valores absolutos e percentuais). Fonte: autor.

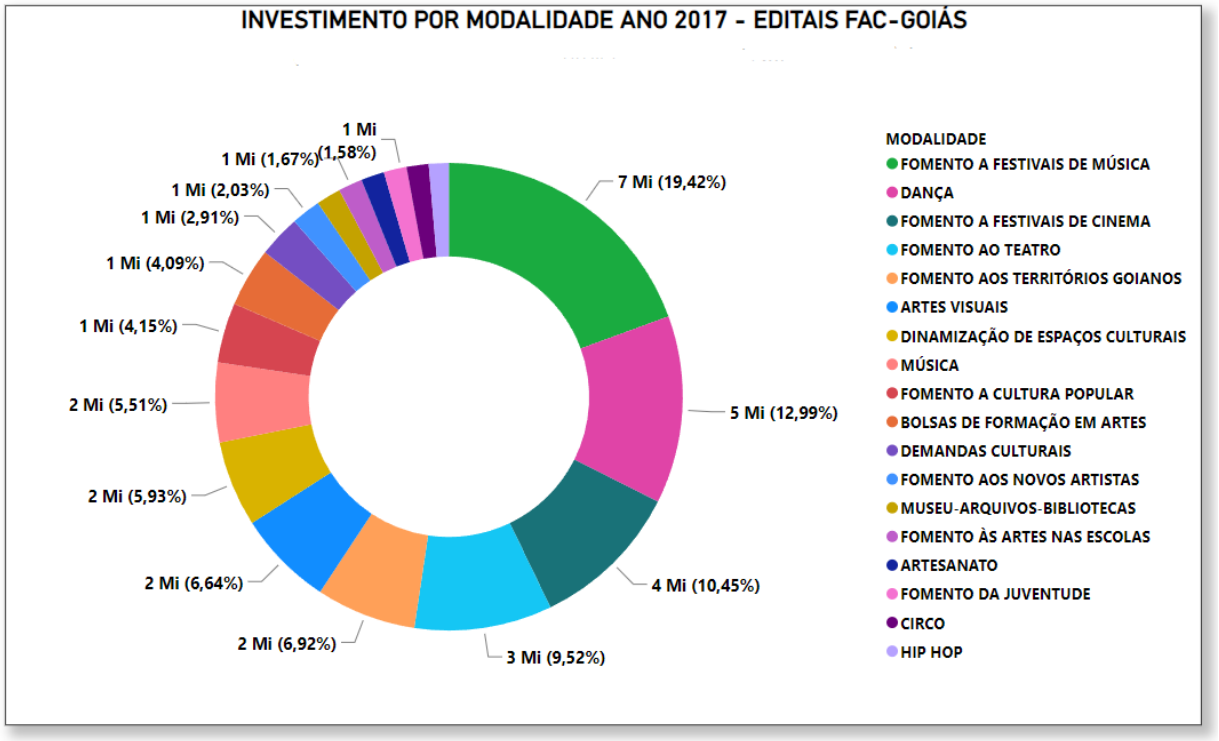


Na sequência serão apresentados de maneira mais específica as modalidades que obtiveram maior investimento e esses editais estarão discriminados por ano de submissão do projeto. A Figura 11 a seguir se refere aos investimentos do ano de 2017 (investimento total em 2017) com valores e percentuais relativos ao total investido no ano em destaque.

As modalidades de fomento a festivais de música (R$ 7 milhões – 19,42% do investimento anual), dança (R$ 5 milhões – 12,99 % do investimento anual) e fomentos a festivais de cinema (R$ 4 milhões 10,45% do investimento anual) se apresentaram como os maiores investimentos do ano de 2017.

As modalidades de fomento da juventude, circo e hip hop se apresentaram como os menores investimentos do ano de 2017, somando menos de 3% relativos ao valor investido nesse ano.

FIGURA 11. Investimentos em diferentes modalidades culturais, através de editais FAC-Goiás, no ano de 2017 (destacando valores absolutos e percentuais). Fonte: autor.

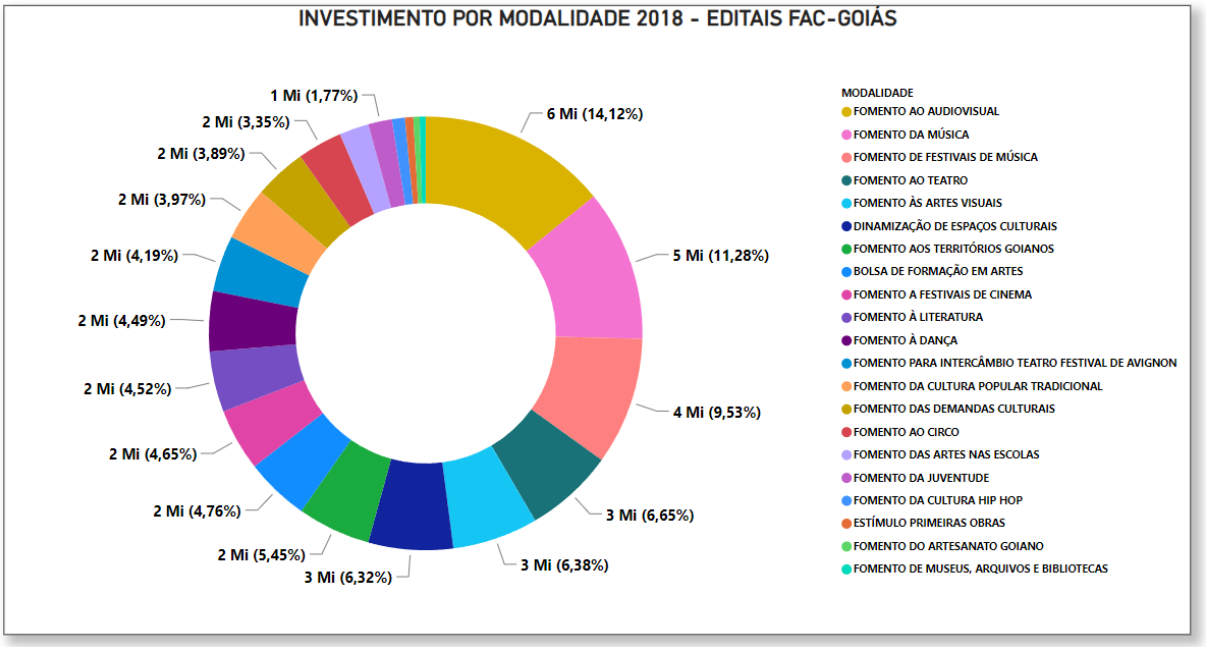


Na sequência serão apresentados de maneira mais específica as modalidades que obtiveram maior investimento e esses editais estarão discriminados por ano de submissão do projeto. A Figura 12 a seguir se refere aos investimentos do ano de 2018 (investimento total em 2018) com valores e percentuais relativos ao total investido no ano em destaque.

As modalidades de fomento ao audiovisual (R$ 6 milhões – 14,12% do investimento anual), fomento música (R$ 5 milhões – 11,28 % do investimento anual) e fomento de festivais de música (R$ 4 milhões 9,53 % do investimento anual) se apresentaram como os maiores investimentos do ano de 2018.

As modalidades de estímulo primeiras obras, fomento do artesanato goiano e fomento de museus, arquivos e bibliotecas se apresentaram como os menores investimentos do ano de 2018, somando menos de 3% relativos ao valor investido nesse ano.

FIGURA 12. Investimentos em diferentes modalidades culturais, através de editais FAC-Goiás, no ano de 2018 (destacando valores absolutos e percentuais). Fonte: autor.



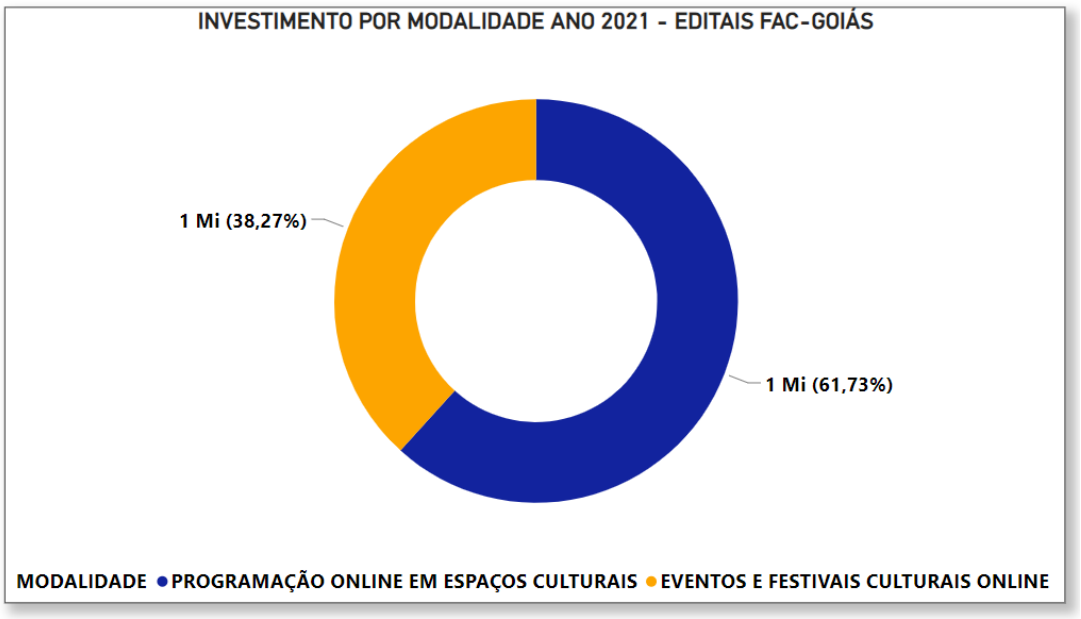
Na sequência serão apresentados de maneira mais específica as modalidades que obtiveram maior investimento e esses editais estarão discriminados por ano de submissão do projeto. A Figura 13 a seguir se refere aos investimentos do ano de 2021 (investimento total em 2021) com valores e percentuais relativos ao total investido no ano em destaque.

As modalidades da categoria 1 – Programação online em espaços culturais (R$ 1 milhão – 61,73% do investimento anual) e da categoria 2 – Eventos e festivais culturais online (R$ 1 milhão – 38,27 % do investimento anual) se apresentaram como os únicos editais que obtiveram investimentos no ano de 2021.

Na sequência serão apresentados de maneira mais específica as modalidades que obtiveram maior investimento e esses editais estarão discriminados por ano de submissão do projeto. A Figura 14 a seguir se refere aos investimentos do ano de 2023 (investimento total em 2023) com valores e percentuais relativos ao total investido no ano em destaque.

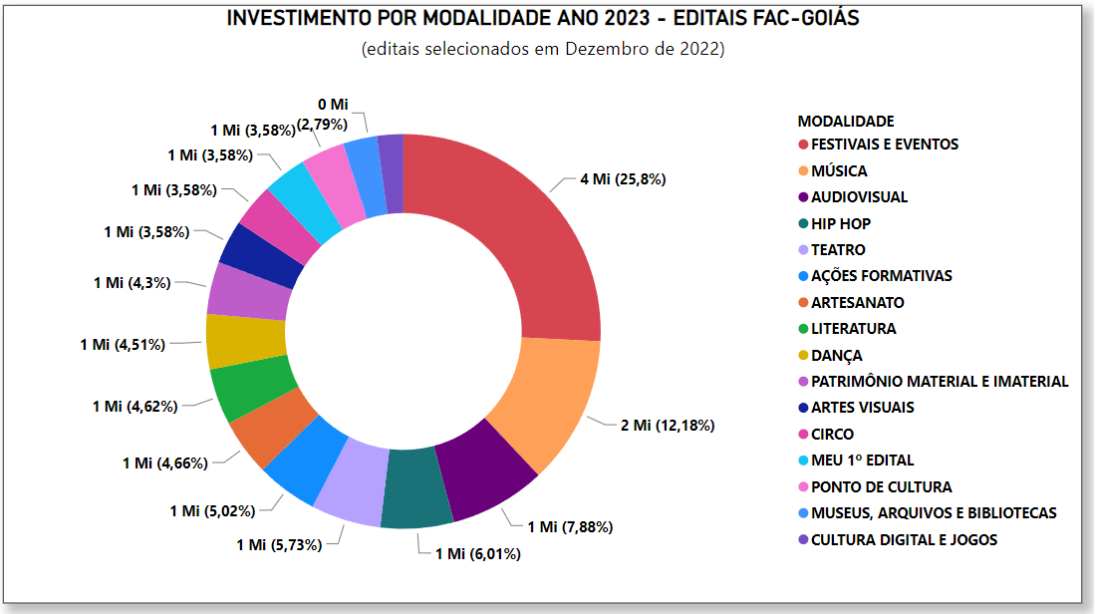
As modalidades de festivais e eventos (R$ 4 milhões – 25,8% do investimento anual), música (R$ 2 milhões – 18,18 % do investimento anual) e audiovisual (R$ 1 milhão – 7,88% do investimento anual) se apresentaram como os maiores investimentos do ano de 2023.

FIGURA 13. Investimentos em diferentes modalidades culturais, através de editais FAC-Goiás, no ano de 2021 (destacando valores absolutos e percentuais). Fonte: autor.



As modalidades de ponto de cultura, museus/arquivos/bibliotecas e cultura digital e jogos se apresentaram como os menores investimentos do ano de 2023, somando menos de 3% do valor investido em projetos nesse ano.

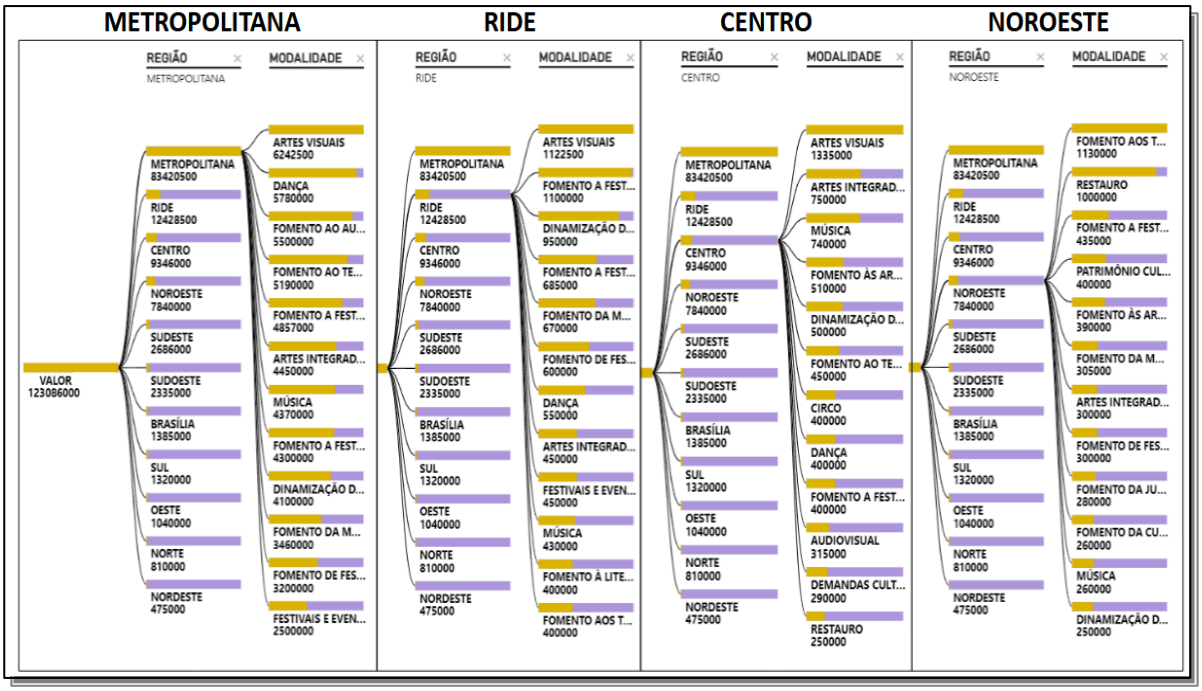
FIGURA 14. Investimentos em diferentes modalidades culturais, através de editais FAC-Goiás, no ano de 2023 (destacando valores absolutos e percentuais). Fonte: autor.



Foi possível observar através dos dados dos editais aprovados pela FAC nesse recorte temporal as modalidades que apresentaram maior destaque investimentos e suas respectivas regiões no estado de Goiás.

O quadro 2, demonstra o perfil das 4 regiões principais que foram contempladas em maiores valores de investimento e suas modalidades artísticas de destaque em relação aos recursos.

QUADRO 2. Representação das 4 regiões mais contempladas por editais FAC-Goiás (2016-2023), destacando as principais modalidades culturais, por alocação de recursos.. Fonte: autor.



A partir dos resultados apontados é possível a análise acerca de como os projetos culturais, no período específico apontado pelo recorte temporal, se estabeleceram ao longo desse tempo em relação a disponibilidade de acesso da população às modalidades artísticas ofertadas e, também é possível refletir sobre os recursos financeiros disponibilizados nesse período, através da identificação das regiões mais ou menos contempladas pelos investimentos. Os dados apontam para uma oferta em maior proporção para algumas modalidades artísticas, especialmente para aquelas cujo retorno financeiro se apresenta de forma mais expressiva, como é o caso da modalidade voltada para os festivais de música, principalmente devido ao envolvimento de um contingente maior de pessoas (tanto na sistematização do projeto, quanto na apreciação). Além disso, a base de dados analisados reproduz as regiões que obtiveram

maiores investimentos, possibilitando uma reflexão acerca de como essa distribuição reflete nas discussões relacionadas ao desenvolvimento regional, sob o ponto de vista cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho destacou a relação entre investimentos públicos em Cultura e os esforços normativos e institucionais para a garantia destes direitos sociais.

Foi possível perceber que a Constituição de 1988 dedicou artigos que contemplam o acesso à Cultura como direito para cidadania, e que a partir destes marcos os incentivos públicos desempenham um papel crucial na transformação do patrimônio histórico e cultural em valores e referências para as gerações presentes e futuras.

Se destacou que projetos culturais não apenas proporcionam um vínculo para os indivíduos, permitindo o reconhecimento de identidade cultural, mas também constituem ferramentas fundamentais para fortalecer a cultura local. E, para tanto a pesquisa analisou perfis dos editais de financiamento contemplados entre 2016 e 2023 em Goiás, visando compreender os reflexos do investimento público e promover uma discussão sobre a relação entre editais, investimento e a importância das estruturas institucionais e marcos normativos e a Cultura.

Os dados levantados permitiram uma visão abrangente das dinâmicas de investimento público em cultura, suas desigualdades e constâncias, e principalmente se pode perceber que não há linearidade nos investimentos e disponibilização de recursos.

É relevante mencionar a inexistência de editais nos anos de 2019 e 2020, devido à necessidade de reparar dívidas deixadas pela gestão estadual anterior, mas principalmente devido à pandemia. Se destacou que em 2021, foi aberto um edital do Fundo de Arte e Cultura que se ajustou ao período de isolamento imposto pela pandemia de COVID-19.

Os editais de 2022 foram lançados em setembro do mesmo ano, após consultas públicas para atender aos anseios da sociedade civil. A efetiva realização dos projetos ocorreu ao longo de 2023, marcando o fim do período de pandemia.

As análises referentes aos recursos de financiamento dos projetos aprovados nesse intervalo de tempo proposto pelo trabalho demonstram que os investimentos se apresentam de maneira homogênea entre os anos de 2016, 2017 e 2018, apresentando uma recuperação de recursos financeiros disponíveis, após o período da pandemia.

No entanto, através dos mapas de distribuição de recursos por região geográfica no estado de Goiás é possível perceber uma discrepância de investimentos em algumas áreas específicas: a Região Metropolitana, Região RIDE, Região Central e Noroeste, o que do ponto

de vista do desenvolvimento regional se apresenta como um fator negativo, uma vez que os recursos não estão sendo distribuídos de maneira heterogênea entre todas as regiões do estado de Goiás.

Outro aspecto interessante, apontado pelos dados, diz respeito as principais temáticas dos projetos aprovados em editais ao longo desse recorte temporal, é possível observar que a distribuição regional das modalidades artísticas apresentam um número maior de editais aprovados, especialmente em 4 regiões do estado (Metropolitana, RIDE, Centro e Noroeste) o que torna inviável o acesso da população do estado de Goiás a um número diversificado de opções e vivências em diferentes modalidades artísticas. Nesse caso, um dos princípios básicos das discussões relacionadas ao reforço identitário proporcionado pela cultura fica comprometido.

Investir em cultura é uma estratégia fundamental para o desenvolvimento social, econômico e cultural de uma nação. A cultura desempenha um papel central na construção da identidade coletiva e no fortalecimento dos laços sociais dentro de uma comunidade. O investimento do estado nesse setor promove a coesão social, ao oferecer oportunidades para que os cidadãos participem de atividades culturais compartilhadas, promovendo um sentimento de pertencimento e solidariedade.

Além disso, investir em cultura é essencial para preservar e promover a diversidade cultural de uma sociedade. A diversidade cultural é reconhecida como um componente essencial da identidade de um povo e é fundamental para a promoção do diálogo intercultural e a tolerância. O estado desempenha um papel crucial na proteção e promoção da diversidade cultural, por meio do apoio a iniciativas que preservem e valorizem as diferentes expressões culturais presentes em seu território.

Outro aspecto relevante é o potencial econômico da cultura. As empresas responsáveis pela sistematização e produção de eventos culturais desempenham um papel significativo no crescimento econômico e na criação de empregos. Investir em cultura pode impulsionar setores como o turismo, a moda, o design e as artes cênicas, gerando receitas e estimulando o empreendedorismo criativo. Além disso, a cultura pode desempenhar um papel importante na revitalização de áreas urbanas degradadas, contribuindo para o desenvolvimento urbano sustentável.

No entanto, é importante ressaltar que o investimento em cultura não se limita apenas à esfera econômica. A cultura também desempenha um papel crucial na promoção da educação e da inclusão social. Incentivar o acesso à cultura desde a infância pode estimular a criatividade, a imaginação e o pensamento crítico das crianças, contribuindo para seu desenvolvimento

integral. Além disso, programas culturais voltados para grupos marginalizados podem promover a inclusão social e a redução das desigualdades, oferecendo oportunidades para que todos os cidadãos participem da vida cultural de uma nação.

Portanto, o investimento do estado em cultura é essencial para promover o bem-estar social, fortalecer a identidade coletiva, preservar a diversidade cultural, impulsionar o crescimento econômico e promover a inclusão social. Ao reconhecer a importância da cultura em todos esses aspectos, os governos podem criar políticas e programas que garantam o acesso universal à cultura e promovam um ambiente culturalmente rico e vibrante para todos os seus cidadãos.

Esses dados refletem esforços estaduais em Goiás para promover a cultura, embora desafios como a gestão transparente e a garantia de acesso equitativo aos recursos permaneçam. Assim como permanecem, também, uma descontinuidade de incentivos e investimentos no setor cultural, diante da mudança de gestão, algo bastante comum no Brasil onde, a cada processo eleitoral, os projetos e políticas públicas apresentam um rompimento que prejudicam a continuidade na dinâmica de aprovação dos editais e aplicabilidade dos projetos culturais, comprometendo especialmente sua ação social. Portanto, a pesquisa oferece subsídios importantes para a implementação de estratégias que visem apoiar a promoção equitativa de recursos culturais em Goiás.

As discussões e análises voltadas para o termo desenvolvimento sob um ponto de vista macro e regional passou ao longo dos anos por uma ressignificação, uma vez que novos elementos foram inseridos no contexto dos estudos relacionados com essa temática.

As primeiras observações acerca do termo desenvolvimento estiveram voltadas para o aspecto econômico como o fator predominantemente responsável em prover o desenvolvimento de uma região, especialmente nas décadas de 1930, 1940 e 1950, principalmente devido aos acontecimentos históricos que marcaram esse período. O Produto Interno Bruto (PIB) de um país determinava seu desenvolvimento econômico, social e político.

Uma análise sobre os fatores que envolvem o desenvolvimento de uma região passou a ser mais abrangente a partir da década de 80 quando a relação entre o termo passou a ser associado com o conceito de bem-estar, dentro de uma perspectiva individual e coletiva. Nesse sentido novos elementos foram inseridos nessa discussão, fatores como os aspectos culturais, sustentáveis e de participação social regional.

A inserção desses novos elementos nas análises acerca do desenvolvimento foi relevante no sentido de proporcionar subsídios para uma discussão sobre as reais demandas referentes a cada região. O Plano Nacional de Educação (PNE) possibilitou, através de suas diretrizes, a

inclusão de fatores humanísticos nesse processo, além de argumentar sobre a importância dos aspectos culturais, científicos e tecnológicos para os avanços relacionados ao desenvolvimento amplo de uma região.

O vínculo do termo liberdade à temática do desenvolvimento ilustra de forma interessante essa visão mais ampla sobre essas discussões voltadas para o bem-estar. A liberdade de escolha e de direitos estão associadas diretamente com o acesso dos indivíduos a um maior número de oportunidades.

O presente trabalho propôs uma análise acerca de como essas oportunidades de acesso à cultura, como elemento importante para o desenvolvimento regional, aconteceram em um período específico (2016 – 2023). Segundo o Fundo de Arte e Cultura de Goiás e, embora existam os investimentos, esses recursos se apresentam distribuídos de maneira centralizada, o que não corrobora com a ideia de acessibilidade as oportunidades, ou seja de contato direto dos indivíduos com os projetos culturais aprovados pelos editais, dentro desse período em questão.

A partir de todas as discussões propostas pelo trabalho, o acesso restrito a cultura local compromete, não só o possível retorno financeiro que esses projetos podem gerar para uma região, como também promove um distanciamento dos indivíduos com as vivências culturais locais, tão importantes para o fortalecimento da identidade cultural regional.

A descentralização de recursos financeiros na área da cultura é fundamental para garantir um desenvolvimento cultural equitativo e inclusivo em todas as regiões do estado. Centralizar esses recursos em áreas já privilegiadas contribui para o aprofundamento das desigualdades regionais e limita o acesso à cultura em localidades mais afastadas dos grandes centros urbanos.

A análise demonstra, inclusive, que a segunda área que obteve maiores recursos financeiros foi a região denominada RIDE (regiões do entorno de Brasília, incluindo a capital federal), esta constatação sugere uma reflexão em relação a principal prerrogativa apontada pelo Fundo de Arte e Cultura de Goiás (FAC), que é o de proporcionar acesso à cultura através de recursos provenientes dos impostos recolhidos do próprio estado de Goiás e de promover a distribuição desses recursos em regiões que apresentem um menor contingente populacional, os dados esclarecem, portanto, a necessidade de uma reestruturação nesta divisão de recursos. Os investimentos que ocorrem em áreas que não estão nos limites do estado de Goiás, comprometem as regiões goianas que não foram favorecidas com recursos financeiros.

A apresentação dos dados explicita dois principais motivos que levaram a ausência de recursos financeiros nos anos de 2019 e 2020, uma das razões se deve ao período da pandemia de COVID19, nesse período toda atividade que propusesse aglomeração, por motivos

preventivos foi obviamente considerado inoportuno. No entanto, a outra razão se deve ao processo eleitoral de 2018, com a troca de gestão do estado de Goiás. A gestão que assumiu a administração alegou a necessidade de um período sem liberação de recursos financeiros para a cultura, para que fosse feita uma reparação de dívidas provenientes da gestão anterior. Diante disso é preciso refletir sobre a garantia da continuidade da distribuição de recursos financeiros, independentemente das mudanças de gestão decorrentes do processo eleitoral.

A implementação de um plano estratégico de longo prazo se faz necessário dentro desse contexto. Este plano pode incluir, por exemplo, a criação de um fundo permanente para a cultura (garantindo a distribuição contínua e consistente de recursos) com regras claras de financiamento, com a aprovação de leis e regulamentos que estipulem a obrigatoriedade da manutenção de recursos para a cultura, protegendo esses recursos de cortes e reorientações de verbas.

A formação de um conselho composto por representantes de diversas regiões do estado, segmentos culturais e especialistas, também pode garantir que as decisões sejam tomadas com base em critérios técnicos e representativos, ao invés de políticos. Esse conselho pode se responsabilizar em desenvolver planos de ação que transcendem mandatos eleitorais, com metas, prazos e orçamentos definidos, além de garantir que esses planos sejam seguidos e monitorados independentemente de quem esteja da gerência do estado. Essas medidas colaboram para que a política cultural seja resiliente às mudanças governamentais e assegurem que os investimentos na cultura continuem a ser uma prioridade.

As análises são importantes como uma forma de identificação dessa distribuição de recursos, para que novas estratégias apoiadas pelas políticas públicas, sejam formuladas no sentido de proporcionar a igualdade de direitos tão necessárias para a viabilização do bem-estar individual e coletivo, ao distribuir de forma justa e estratégica os investimentos culturais, promove-se a diversidade cultural, valoriza-se as identidades locais, fortalecendo assim a coesão social. Além disso, essa prática fomenta o surgimento de novas expressões artísticas e oportunidades econômicas, impulsionando o turismo e a economia criativa em regiões que, de outra forma, poderiam permanecer marginalizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, R.R. **Desenvolvimento: um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria**. Cadernos de Estudos Africanos, p. 35-70, 2014.

ARAÚJO, Aneide Oliveira; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **Tipos de pesquisa**. São Paulo, 1997.

ARANTES, A. A. **O Que É Cultura Popular**. ed. São Paulo, brasiliense S.A, 1990.

ARENT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

ARIAS, P. G. La cultura. Estrategias Conceptuales para comprender a identidad, la diversidad, la alteridad y la diferencia. **Escuela de Antropologia Aplicada UPS-Quito. Ediciones Abya-yala**, 2002.

BARBALHO, A. POLÍTICA CULTURAL EM TEMPO DE CRISE: o Ministério da Cultura no Governo Temer. **Revista De Políticas Públicas**, *22*(1), 239–260, 2018.

BATISTA, Adriana Pereira. **AGEPEL: POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NO ESTADO DE GOIÁS – UM INTELECTUAL NO PODER** (1999-2006). Goiânia, 2010.

BOTELHO, Isaura. **As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001, p. 73-83.

BRANT, Leonardo. **O poder da cultura**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2009.

CABRAL, A. **Nacionalismo e cultura**, Edições Laiovento, Santiago de Compostela, 1999.

CALABRE, Lia. **Política Cultural em Tempos de Democracia: a era Lula**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2014.

CALABRE, Lia/ Antonio Albino Canelas Rubim/ Alexandre Barbalho – Organizadores. **Políticas culturais no governo Dilma. Salvador: EDUFBA**, Coleção Cult. 281, 2015.

CHAUL, Nars. **A identidade cultural do Goiano.** 5 p. CD-RO. Texto inédito. Goiânia, 2005.

DE JESUS, Paulo. **Desenvolvimento local**. In CATTANI, Antonio David. A outra economia. São Paulo.Veraz.2003

FERREIRA, Bárbara; RAPOSO, Rita**. Evolução do (s) conceito (s) de desenvolvimento: um roteiro crítico.** Cadernos de Estudos Africanos, n.34, 2017, p. 113-144.

FREIRE, Alberto. **O financiamento como recurso fundamental das políticas culturais.** 2012.

FREITAS, Sara. **A política cultural e o governo Bolsonaro**, Brasiliana: journal brazilian studies. v10, n.1, 2021.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 1991.

LÓSSIO, R. PEREIRA, C. **A importância da valorização da cultura popular para o desenvolvimento local**, Salvador, 2007.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. V.. **Metodologia científica.** São Paulo: Editora Atlas, 2004.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MIRANDA, A.L.C. **Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos.** Brasília, v.29, p.78 – 88, 2000.

MOREIRA, R.; SPADA, L. **O fim do Ministério da Cultura: reflexões sobre as políticas públicas culturais na era pós-MinC**. Santos, SP: Imaginário Coletivo, 2021. 270 p.

PEDROSO, Sérgio. **A carga cultural compartilhada: o bilhete de passagem para a interculturalidade no ensino de português língua estrangeira**, Campinas, SP: 1999.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Ministério da Educação e da Cultura. Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, 1959.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classe.** Tradução de José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

RIBAS, A. F.P., & Seidl-de-Moura, M. L. **Abordagem sociocultural: algumas vertentes e autores**. Psicologia em Estudo, 2006.

ROCHA, Sophia Cardoso. **Da Imaginação à Constituição: a trajetória do Sistema Nacional de Cultura de 2002 a 2016**. 2018.

RUBIM, Antônio Albino Canelas e org. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: edufba, 2007.

RUBIM, Antônio. **Políticas Culturais e Novos Desafios**. **Matrizes (USP)**, v. 2, p. 93-115, 2009.

SACHS, I. **Desenvolvimento e Cultura. Desenvolvimento da Cultura. Cultura do Desenvolvimento**. Bahia: o&s – v.12 –n.33 – abril/junho, 2005.

SANTOS, Theotonio dos. **Democracia e socialismo no capitalismo dependente. Petrópolis**: Vozes, 1991.

SARKOVAS, Yacoff. **Cultura: o incentivo fiscal no Brasil**. São Paulo: Teoria e Debate, 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Adailton Lopes T.da. **Estado, Planejamento e Gestão Pública em Goiás: os Governos de Mauro Borges e Marconi Perillo.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2003.

SILVA, V. M. **A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-78)**, 2001.

SILVA, Gustavo Fonseca da. **Sistemas de avaliação e monitoramento em políticas culturais: o modelo lógico do fundo de arte e cultura de Goiás**. Goiânia, 2019.

SILVA, F.G.A. **A política cultural nos governos FHC e LULA.** v.8 n.1, Ceará, 2018.

SOVIK, L. **Os projetos culturais e seu significado social**. Galáxia (São Paulo, online), n.27, p.172-182, junho 2014.

TOOBY, J., & Cosmides (Orgs.), **The psychological foundations of culture**. New York: Oxford University Press, 1992.

ZUIN, A. A. S. **Sobre a atualidade do conceito de indústria cultural**. Caderno Cedes, Campinas, v.21, n.54, ago. 2001.